

# O SESI, o Trabalhador e a Indústria: Um Resgate Histórico



**ESTUDOS DE TENDÊNCIAS SOCIAIS  
OBSERVATÓRIO SESI**



# O SESI, o Trabalhador e a Indústria: Um Resgate Histórico

## **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI**

Presidente: *Armando de Queiroz Monteiro Neto*

## **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI**

### **Conselho Nacional**

Presidente: *Jair Meneguelli*

### **SESI – Departamento Nacional**

Diretor: *Armando de Queiroz Monteiro Neto*

Diretor-Superintendente: *Antonio Carlos Brito Maciel*

Diretor de Operações: *Carlos Henrique Ramos Fonseca*

## O SESI, o Trabalhador e a Indústria: Um Resgate Histórico



**ESTUDOS DE TENDÊNCIAS SOCIAIS**  
**OBSERVATÓRIO SESI**

© 2008. Sesi – Departamento Nacional

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SESI/DN

Unidade de Tendências e Prospecção – UNITEP

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

S491s

Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional.

O Sesi, o trabalhador e a indústria: um resgate histórico /  
SESI/DN. – Brasília: Sesi/DN, 2008.

7 v. : il. ; 23 cm (Estudos de Tendências Sociais, v.1)

ISBN 978-85-7710-107-8

Conteúdo: v.1. O Sesi, o Trabalhador e a Indústria: Um Resgate Histórico – v.2. Panorama Atual: Educação, Esporte, Cultura, Lazer, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social Empresarial, Sindicatos e Indústria – v.3. Perspectivas para o Século XXI: Tendências Socioeconômicas e Científico-Tecnológicas – v.4. Tendências em Educação – v.5. Tendências em Saúde do Trabalhador – v.6. Tendências em Esporte, Cultura e Lazer – v.7. Tendências em Responsabilidade Social Empresarial.

1. Serviço Social 2. Indústria I. Título

CDU 364.442: 65

---

### **SESI**

Serviço Social da Indústria  
Departamento Nacional

### **Sede**

Setor Bancário Norte  
Quadra 1 – Bloco C  
Edifício Roberto Simonsen  
70040-903 – Brasília – DF  
Tel.: (61) 3317-9084  
<http://www.sesi.org.br>

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2	PERÍODO PRÉ-SESI .....	15
2.1	A Indústria Agroexportadora .....	19
2.2	Condições de Trabalho .....	22
2.3	Organização e Manifestação dos Operários .....	23
2.4	A Postura dos Empresários e do Governo .....	24
2.5	Conquistas da Classe Operária .....	25
2.6	Os Industriais e a Questão Social .....	26
2.7	Novas Concepções: o Taylorismo e a Indústria Nacional .....	27
2.8	Década de 30: a Indústria em Expansão .....	28
2.9	Conquistas da Classe Trabalhadora .....	30
2.10	CNI e SENAI .....	32
2.11	Segunda Guerra Mundial e Fim do Estado Novo .....	34
2.12	Em Busca da “Paz Social” .....	35
3	PERÍODO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO .....	39
3.1	Resistência ao SESI .....	43
3.2	Ampliação dos Serviços de Atendimento .....	46
3.3	Seminários Técnicos .....	47
3.4	Política de Desenvolvimento .....	49
3.5	Mobilização Trabalhista .....	52
3.6	Regime Militar .....	54
4	PERÍODO DE PLANEJAMENTO .....	57
4.1	O “Milagre Econômico” e a Luta Sindical .....	62
4.2	A Busca pela Padronização .....	64
4.3	Crescimento Industrial .....	66
4.4	Ciclo de Greves .....	69

4.5	Novo Sindicalismo .....	70
4.6	A “Década Perdida” .....	72
4.7	Pluralização dos Movimentos Sociais .....	73
5	PERÍODO DE REESTRUTURAÇÃO .....	77
5.1	Abertura do Mercado Externo.....	80
5.2	Protocolo de Quioto, COPs e MOP 3 .....	84
5.3	Reestruturação Produtiva, Ciência & Tecnologia .....	85
5.4	Desenvolvimento e Inovação na Indústria.....	88
5.5	Meio Ambiente .....	89
5.6	Novas Perspectivas para o SESI: Modernização e Responsabilidade .....	90
5.7	Programas Inovadores .....	91
6	PERÍODO ATUAL.....	95
6.1	Redução das Receitas e Responsabilidade Social .....	100
6.2	Responsabilidade Social Empresarial .....	104
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
	REFERÊNCIAS.....	111
	ANEXOS.....	123
	Anexo A – Data de Criação das Federações das Indústrias e do SESI....	125
	Anexo B – Presidentes do Conselho Nacional do SESI (1947 a 2003)....	127

# APRESENTAÇÃO

Este resgate histórico sobre a criação do Serviço Social da Indústria (SESI) e sua inter-relação com o trabalhador e a indústria faz parte de um conjunto de outros estudos, pesquisas e ações em curso, inserindo-se em um contexto de reflexões aprofundadas sobre essa organização, sua forma de atuação e seu papel na sociedade. Entendemos que o conhecimento e a compreensão do passado seja uma das pedras angulares para a identificação de espaços a conquistar e para o desenho de perspectivas de futuro.

Esta pesquisa histórica faz emergir uma visão ampliada do SESI, que foi criado em 1946 para apoiar o enfrentamento da questão social no Brasil, em um mundo ainda abalado pela Segunda Guerra Mundial. O estudo histórico e a análise da linha do tempo revelam os momentos e as formas de reação e antecipação da organização em face de fatos e eventos que impactaram o ambiente em que devia atuar.

Nesse sentido, percebemos o quanto a constituição e consolidação desta instituição, que tem 60 anos de profícua existência, se deu em um período durante o qual ocorreram grandes transformações políticas, econômicas, tecnológicas e sociais. Transformações que continuam acontecendo, embora em um ritmo cada vez mais acelerado e com impactos sistêmicos cada vez maiores.

Apesar de tudo, o lema inicial do SESI, “Pela Paz Social no Brasil”, continua atual. O momento histórico que vivemos e as questões éticas relacionadas com as dimensões econômica, ambiental e social nos negócios, conjugadas à perspectiva da continuidade de demandas relacionadas com desigualdades e exclusão sociais, impõem ao SESI um reposicionamento com vistas a contribuir de forma mais eficaz para enfrentar tais desafios e para a construção de um futuro de prosperidade para todos.

Concebida como uma “obra educativa”, a instituição do SESI foi pautada por ideais de fraternidade, solidariedade e confiança. Constatamos, com satisfação, que tais ideais permanecem inteiramente válidos e persistem inspirando

a atuação da entidade, traduzindo-se em ações concretas por todo o território nacional e, se depender de nosso esforço e vontade, continuarão sendo os pilares do nosso permanente reinventar.

*Antonio Carlos Brito Maciel*  
Diretor-Superintendente do SESI / DN

# 1 INTRODUÇÃO





O Serviço Social da Indústria (SESI) – Departamento Nacional, por meio de sua Unidade de Tendências e Prospecção (UNITEP), desenvolveu no período entre abril de 2007 e maio de 2008 o “Projeto Estudos de Tendências”, com o objetivo de subsidiar as atividades de planejamento estratégico da instituição e propor novas diretrizes de negócio.

O “Projeto Estudos de Tendências” tem como suporte metodológico a Prospectiva Estratégica, desenvolvida pelo *Laboratoire d’Investigation en Prospective Stratégie et Organisation* (LIPSOR), no *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM) da França, e é composto por etapas de pesquisa, produção de conteúdos e realização de painéis com especialistas.

Dentre os resultados do processo foram gerados sete documentos de acesso público:

- I. O SESI, o Trabalhador e a Indústria: Um Resgate Histórico;
- II. Panorama Atual: Educação, Esporte, Cultura, Lazer, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social Empresarial, Sindicatos e Indústria;
- III. Perspectivas para o Século XXI: Tendências Socioeconômicas e Científico-Tecnológicas;
- IV. Tendências em Educação;
- V. Tendências em Saúde do Trabalhador;
- VI. Tendências em Esporte, Cultura e Lazer;
- VII. Tendências em Responsabilidade Social Empresarial.

O presente estudo – **“O SESI, o Trabalhador e a Indústria: Um Resgate Histórico”** – foi elaborado por meio da análise de documentos e publicações institucionais e acadêmicas, relacionadas às transformações do setor industrial

e da classe trabalhadora e a constituição e consolidação do SESI, considerando o período entre o final do império e início da modernização do país até a contemporaneidade.

Em relação à industrialização e à constituição da classe trabalhadora no Brasil, adotou-se como linha condutora a história política (pública), econômica (indústria e setor privado) e social (classes e condições) para elucidar melhor as transformações sofridas ou causadas pelo SESI. Para tanto, fundamentou-se em autores consagrados da historiografia nacional como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Ciro Flamarion Cardoso, Paulo Sérgio Pinheiro, José Murilo de Carvalho, Ronaldo Vainfas, Nicolau Sevcenko e Antônio Carlos Wolkmer.

Portanto, este resgate histórico foi dividido em cinco fases: (i) Pré-SESI (1900-1945), antecessor à fundação da instituição, é o período de consolidação da identidade nacional e do primeiro surto industrial brasileiro, contemplando as indústrias de substituição de importação e as indústrias de base possibilitadas pelo Estado Novo; (ii) Institucionalização (1946-1963), fase de desenvolvimento da estruturação dos valores e das primeiras diretrizes e ações do SESI, que corresponde ao primeiro grande momento republicano do país; (iii) Planejamento (1964-1979), período de organização, ampliação e desenvolvimento do SESI, tanto de infra-estrutura como de competências; fase correspondente à ditadura militar no Brasil e sua política paternalista, autoritária e desenvolvimentista; (iv) Reestruturação (1980-1999), fase de reorientação da organização, com redução de receita, desaceleração dos investimentos e cortes de gastos; período de redemocratização do país e, ao mesmo tempo, de inserção na política neo-liberal internacional; e (v) Atual (desde 2000), período no qual a instituição busca novas competências, como o incremento de ações voltadas à Responsabilidade Social e ao Desenvolvimento Sustentável, correspondente a uma nova etapa da História.

Como o período histórico em questão abrange um recorte temporal muito amplo, utilizou-se também das idéias da historiografia francesa dos *Annales*, que contempla o campo da longa duração, na busca de estruturas e permanências, para dar a cada período o que lhe é devido. Assim, os eventos abordados foram os que tiveram participação decisiva na alteração estrutural ou conjuntural da sociedade.

O SESI foi enfatizado como instituição de âmbito nacional, cujas linhas gerais de desenvolvimento seguem rumos semelhantes em regiões distintas do país. Ao mesmo tempo em que sintetiza a compreensão histórica da entidade, a divisão de sua trajetória em temáticas específicas realça o relacionamento entre o SESI e a conjuntura histórica do Brasil. Logo, não foram abordadas questões regionais, com exceção dos fatos que tiveram representatividade nacional.



## 2 PERÍODO PRÉ-SESI





O Brasil adquiriu status de Nação no século XIX. Lilia Moritz Schwarcz (1998) destaca que o primeiro momento de modernização do país foi impulsionado pela monarquia de D. Pedro II, que possuía o projeto de formação de um “Império nos Trópicos”. Nesse período, foi construída uma primeira rede viária para a integração das principais regiões do país, incrementado o comércio, e estabelecida sua regulamentação, por meio de um Código editado em 1850. Entretanto, as estruturas nacionais eram controladas pela aristocracia rural e escravocrata, o que dava um caráter conservador a tais transformações e um perfil particular a idéias liberais (WOLKMER, 1999).

A preocupação com o comércio intensificou-se no início do século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos nacionais às “nações amigas”. A Junta de Comércio, Agricultura e Fábricas de Navegação foi criada para responder aos requerimentos de abertura de negócios (BEAUCLAIR, 1992). Em 1820, surgiu a Associação Comercial, rapidamente fechada e reaberta 14 anos depois como Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro, com menor participação formal na política, mas com influência direta no Banco do Brasil e na política monetária (CARVALHO, 1996). No comércio do Império, o varejo era controlado pelos portugueses, e o atacado, pelos ingleses. A herança política progressista do Império corresponde, no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa outra forma produtiva: a forma capitalista (PRADO JR, 1988).

O setor industrial brasileiro apresentou um desenvolvimento tardio em comparação às grandes potências capitalistas. Ângela Brandão (2000, p. 8) afirma que “este atraso industrial brasileiro ocasionou o atrelamento da indústria nacional ao capital financeiro internacional e o impedimento do surgimento de um setor de bens de produção”.

Conseqüentemente, a formação da classe operária também custou a ocorrer no Brasil. A primeira geração de proletários era muito pequena e vivia sob condições similares às dos escravos. Até meados do século XIX, muitas indústrias não empregavam trabalhadores livres. Em outras, estes eram designados para os serviços especializados, enquanto os escravos realizavam o trabalho mais pesado (HARDMAN; LEONARDI, 1982).

No final do século XIX, a Abolição da Escravatura (1888) e a Política Migratória ocasionaram o aumento do mercado consumidor nacional, que adquiria artigos locais e importados. Nesse momento, a Inglaterra vivia a terceira fase da Revolução Industrial (quando máquinas já eram capazes de produzir outras) e o Brasil apresentava-se como um forte consumidor dos produtos daquele país (HARDMAN; LEONARDI, 1982).

Entre as primeiras categorias de proletários brasileiros formadas no século XIX estavam ferroviários, operários da construção civil, estivadores, portuários, têxteis e gráficos. Muitos artesãos também executavam tarefas fabris e se uniram aos proletários, como os tipógrafos, sapateiros, alfaiates etc. A jornada de trabalho era de 13 a 15 horas por dia e não havia direito a férias e ao descanso semanal remunerado. O patronato mantinha um enorme controle sobre a vida dos trabalhadores. Nas décadas de 1840 e 1850, o pagamento de salários aos operários ainda significava novidade excepcional.

Segundo Hardman e Leonardi (1982), somente em 1866 surgiram referências a pagamentos de salários a todos os trabalhadores de uma fábrica têxtil. Quando remunerados, esses operários ganhavam menos do que os trabalhadores das plantações de café. Mulheres e crianças da categoria recebiam salários inferiores aos dos homens, embora trabalhassem o mesmo número de horas, tanto no campo quanto na cidade.

As primeiras formas de organização dos trabalhadores foram as Associações Mutualistas, que procuravam prestar serviços funerários e auxílio em casos de doença, acidente e outras situações de dificuldade. Em seguida, surgiram as Ligas ou Uniões Operárias, cujo principal objetivo era organizar a resistência dos trabalhadores. Com o advento da indústria, as uniões operárias passaram a se organizar por ramo de atividade, dando origem aos sindicatos. As uniões operárias tinham seu principal instrumento de atuação na greve, em particular pela influência dos imigrantes italianos e sua orientação anarco-sindicalista. Militantes de sindicatos ocuparam as ruas, articularam greves, socializaram leituras, como as de Bakunin, Malatesta e Kropotkin, e abriram vários comitês: pela jornada de oito horas, pela regulamentação do trabalho feminino e infantil, contra a guerra e a carestia e a favor das escolas modernas (MENEZES, 1997). A primeira greve bra-

sileira foi a dos tipógrafos do Rio de Janeiro, ocorrida em 1858, contra as difíceis condições de trabalho e por melhores salários. Após a vitória dos tipógrafos, as greves começaram a expandir-se para as demais categorias.

## 2.1 A Indústria Agroexportadora

Renault (1987) destaca que entre 1885 e 1895 ocorreu um considerável crescimento do número de pequenas indústrias no Brasil, em decorrência de fatores como: a abertura dos portos brasileiros para o comércio, o grande investimento inglês em infra-estrutura, o incremento no setor elétrico, bem como o aumento do público consumidor. Contudo, nesse período, a economia era voltada à exportação do café, produto fundamental para o desenvolvimento industrial no Brasil. O Império concedia, inclusive, titulação nobiliárquica para cooptar os “barões” do café, o que foi evidenciado pelo aumento das concessões no final do século XIX como reflexo das leis abolicionistas (VAINFAS, 2002).

A produção cafeeira contribuiu significativamente para o crescimento da indústria, devido aos investimentos que o setor recebeu de grandes fazendeiros do café, ao aumento populacional relativo à imigração gerada pela necessidade de mão-de-obra nas fazendas e à necessidade de produção de artigos de primeira necessidade para esse contingente de trabalhadores. “A indústria se implantava no Brasil, portanto, desde o início como dependente de tecnologia exterior e voltada para a produção de bens de consumo e não de bens de capital” (BRANDÃO, 2000, p. 11).

Mesmo a formação necessária para o preenchimento de cargos públicos era reservada aos filhos dos “barões”, que estudavam Direito na Faculdade de São Paulo para depois assumirem funções no primeiro ou segundo escalões da burocracia nacional, como presidentes de Província, senadores, ministros, deputados etc. (CARVALHO, 1996).

A necessidade de incrementar o transporte do café, chamado de “ouro vermelho”, fez com que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, nascida em 1827, de natureza técnico-científica e com recursos do orçamento público (CAR-

VALHO, 1996), construiu a primeira ferrovia do Brasil, entre 1854 e 1880. A sociedade participava ativamente das questões políticas e se configurava como esfera de influência nos jogos de poder. No quadro industrial da época, a lavoura era a principal atividade. Produzia-se o café com a mão-de-obra escrava e de trabalhadores imigrantes assalariados, os quais dariam os primeiros indícios do crescimento da indústria da época.

Em 1847, iniciou-se a política imigratória, com a chegada dos portugueses. O fenômeno prosseguiu com a vinda de italianos e alemães para ocupar postos na indústria cafeeira. Dos 30.367 imigrantes do país, a maior porcentagem concentrava-se em São Paulo, que contava com aproximadamente 1.303 estrangeiros no setor industrial (RENAULT, 1987).

Após a Abolição da Escravatura, em 1888, intensificou-se ainda mais a imigração de mão-de-obra europeia para as indústrias. Porém, havia diferenças entre os estados brasileiros em relação às visões sobre os trabalhadores nacionais e os europeus, o que levou a distintas estratégias de recrutamento de operários. Os industriais do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras cidades do Centro-Sul empregavam em grande escala a mão-de-obra estrangeira.

Conforme Hardman e Leonardi (1982), em Salvador, Recife, Belém, outras cidades do Norte-Nordeste e determinados locais do interior do Rio Grande do Sul, a força dos imigrantes continuou pequena após a abolição, predominando a mão-de-obra nacional. Na Bahia, por exemplo, desde 1866, a indústria têxtil empregava quase exclusivamente operários brasileiros que garantiam um padrão técnico de bom nível.

As estruturas sociais e econômicas pouco se alteraram com a mudança política para a República. A proclamação de fato excluía os republicanos radicais e a parte progressista dos liberais, representantes da nascente burguesia nacional. Dessa forma, o novo regime significava a formalização do poder político das oligarquias rurais em ascensão, particularmente de São Paulo, com a “indústria” cafeeira (CARVALHO, 1987).

Na Primeira República, que se iniciou em 1889, houve um crescimento relativamente alto do número de operários industriais. Segundo recenseamentos oficiais, se em 1889 os operários industriais eram 54 mil, em 1919 já somavam 275 mil. Apesar do crescimento, eles ainda formavam uma parcela restrita da população brasileira, representando 1% da mesma em 1919. Vale lembrar que, até a década de 1920, o perfil da economia brasileira ainda era predominantemente agro-exportador, tendo como principal produto o café.

Mesmo assim, durante o período da Primeira Grande Guerra, o país desenvolveu um incipiente parque de indústrias de substituições de importados, em particular de alimentos e vestuário, para dar conta dos produtos que não podiam ser importados da Europa em virtude do conflito bélico e da transferência de parcela das indústrias do Velho Continente para a produção de armamentos e suprimentos para as forças armadas. O índice de empregos da indústria saltou de 4,9% para 13,8% em 1920 (PINHEIRO, 1985).

O período, marcado pela primeira grande crise do estado liberal, propiciou a acolhida das idéias de esquerda, determinando a construção das primeiras organizações operárias.

O contexto da guerra, de acordo com Nicolau Sevckenko (1992), determinou o colapso das linhas do comércio internacional e permitiu acelerada industrialização em São Paulo, para a substituição das importações. As decorrências imediatas de tal industrialização em larga escala se fizeram sentir no crescimento demográfico, na demanda por terrenos e habitações e numa carestia geral em plena disparada inflacionária (SEVCENKO, 1992, p. 124). Com a criação da Bolsa de Mercadorias do Rio de Janeiro, em 1912, foram centralizados interesses nos produtos agroexportadores, como algodão, açúcar e café (LEVY, 1977).

O período da República Velha determinaria o fortalecimento de classes médias urbanas, que Edgar Carone (1970) descreve como sendo compostas por setores das ricas classes médias rurais que se orientaram para a alta administração, profissionais liberais, do setor técnico e comercial, segmentos das classes decadentes, elementos liberais e do exército, alguns deles dedicados a profissões artesanais e ao pequeno comércio, e funcionários públicos e artesãos.

## 2.2 Condições de Trabalho

No início do século XX, as condições de trabalho ainda eram precárias. Segundo Warren Dean (1971), as estruturas fabris eram mal iluminadas, não possuíam ventilação e não dispunham de instalações sanitárias. As máquinas ficavam lado a lado, e suas correias e engrenagens giravam sem proteção alguma. Os acidentes eram freqüentes em razão do cansaço dos trabalhadores, que faziam expedientes além do horário e, às vezes, aos domingos sem receber remuneração adicional. No ano da Proclamação da República, os operários, organizados por Teixeira Mendes, França e Silva e o marinheiro José Augusto Vinhaes, enviaram documento a Benjamin Constant reivindicando uma legislação trabalhista que instituisse descanso semanal remunerado, férias de 15 dias, aposentadoria, pensão para as viúvas, jornada de sete horas e estabilidade após sete anos. Na constituição republicana de 1891, foi contemplada apenas a proteção ao trabalho do menor (CARVALHO, 1987). Logo, o quadro permaneceu praticamente o mesmo para os trabalhadores.

As jornadas diárias de trabalho ainda eram altas. Trabalhava-se por dez horas ou mais, durante seis dias da semana. Especificamente nas indústrias paulistas, as mulheres representavam 1/3 da força de trabalho, e havia ainda muitas crianças. Quase metade do operariado paulista era menor de 18 anos, e quase 8% eram menores de 14 anos.

Os salários eram baixos, havendo alguns momentos de redução drástica para a classe. A crise de produção gerada pela Primeira Guerra Mundial, por exemplo, levou à queda vertiginosa dos salários do operariado. Esse período foi caracterizado por uma grande onda de greves. Em 1920, o trabalhador médio recebia quatro mil-réis (sessenta centavos de dólar) por dia em São Paulo. Conforme estudo publicado pelo governo, no Rio de Janeiro, em 1919, o orçamento para uma família de sete pessoas destinava, só para alimentos, quatro vezes o que recebia o trabalhador médio na capital paulista.

## 2.3 Organização e Manifestação dos Operários

Durante o final do Império e início da República, são verificados dois tipos de manifestações sociais do crescente movimento operário: greves e congressos. Nesse período, surgiram ainda partidos políticos operários (condenados à ilegalidade) e sindicatos, apesar da pouca liberdade concedida pelo Estado a esse tipo de organização. A repressão violenta por parte do governo era a regra contra as greves e manifestações obreiras. Ainda no início da República, o Código Criminal foi alterado para facilitar a ação das forças de repressão.

A organização dos trabalhadores teve grande influência dos imigrantes, principalmente italianos e espanhóis, como José Sarmiento, fundador do primeiro jornal anarquista no Rio de Janeiro, em 1898. As experiências de luta, a militância trabalhista européia e a tradição anarquista foram aplicadas à realidade do Brasil. O anarco-sindicalismo foi escolhido como linha política hegemônica do operariado nacional no I Congresso Operário de 1906, com apoio de Neno Vasco, Benjamin Mota e Fábio Luz. Essa tendência permaneceu dominante até 1924, determinando uma aversão à luta político-partidária defendida pelos socialistas França e Silva, Vicente de Souza e Evaristo de Moraes. Essa tendência privilegiava manifestações dentro das fábricas pela ação direta, em vez de priorizar a luta política ou incentivar a formação de um partido representante da classe operária. Greves, boicotes, sabotagens, manifestações públicas e a recusa aos tributos, em particular o de sangue (serviço militar), caracterizavam pontos de luta dos operários anarquistas. Ainda no congresso de 1906, foram lançadas as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), reconhecida como primeira entidade operária de representação nacional.

Com influência política restrita, os socialistas fundaram o primeiro partido operário no país em 1890. Mais tarde, adotaram as teses da II Internacional, especialmente, a comemoração do 1º de Maio como data mais importante para a classe trabalhadora.

Em 1913 e em 1920 foram realizadas, respectivamente, a segunda e a terceira edição do congresso, numa tentativa de reavivar a COB, que havia perdido

força nos anos subseqüentes à sua criação, em particular pela intensificação da repressão contra os líderes sindicais.

## 2.4 A Postura dos Empresários e do Governo

Dean (1971) identificou duas posturas distintas dos empresários e do governo na relação com os trabalhadores. Uma era mais repressora e via os operários, sobretudo os militantes, como agitadores e marginais perigosos. A outra tinha características paternalistas e tratava o trabalhador como pobre e desamparado.

Entretanto, na prática, os governos aristocráticos e conservadores da República Velha trataram o operariado com forte repressão. É atribuída ao presidente Washington Luís a frase: “Questão social é caso de polícia!”. Ele governou o país de 1926 a 1930 e, como seu antecessor, Arthur Bernardes, utilizou a deportação como forma de controle. O empresariado, quando muito, tratava a classe operária de forma assistencialista, prestando auxílios em questões básicas de subsistência e saúde (PINHEIRO, 1991).

A postura repressora contra líderes sindicais incluía prisões e deportações. A polícia era acionada para acabar com as greves. Em 1907, 132 sindicalistas foram expulsos do país, fato possibilitado pela lei Adolfo Gordo, que determinava a extradição dos envolvidos com os sindicatos. Desde a Revolta da Vacina, em 1904, o expediente do desterro para campos de internamento tornou-se regra no norte do país (PINHEIRO, 1991).

Incumbida de promover um longo programa de reivindicações operárias, a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT) foi constituída por iniciativa do governo em 1912. A partir daí, foram instituídas formalmente conquistas inéditas, como jornada de oito horas, semana de seis dias, programa de construção de casas para operários, indenização para acidentes de trabalho, limitação da jornada de trabalho para mulheres e menores de 14 anos, contratos coletivos substituindo contratos individuais, seguro obrigatório para os casos de doenças, pensão para velhice, fixação de salário mínimo, reforma dos impostos públicos e obrigatoriedade da instrução primária (BRASIL, 2007d), embora a maior parte delas tenha ficado somente no papel.

O período de 1917 a 1920 foi marcado pelas greves gerais, promovidas sob a influência do anarco-sindicalismo. As manifestações contavam com um contingente significativo de trabalhadores, às vezes representantes de vários ramos. A greve de 1917 entrou para a história, ao paralisar São Paulo num ato que envolveu 45 mil pessoas. A repressão do governo foi imediata: tropas do interior e 7 mil milicianos ocuparam a cidade. O ministro da Marinha chegou a enviar dois navios de guerra para o porto de Santos.

A associação sindical era, também teoricamente, livre, pois o governo só reconhecia os sindicatos de empresas e freqüentemente mandava fechar organizações independentes. Esse isolamento fortaleceu os sindicatos, e sua capacidade de negociar cresceu muito depois da Primeira Guerra Mundial, como reflexo do crescimento do proletariado urbano e da incipiente industrialização. Mesmo a década de 1920, já no final da República Velha, seria marcada por revoltas e conflitos contra a aristocracia, como a de 1922, a de 1924 e a Coluna Prestes.

Em 1922, sob influência da Revolução Russa, uma dissidência do movimento anarquista fundaria o Partido Comunista Brasileiro (PCB), atraindo um número expressivo de trabalhadores. Com o objetivo de dirigir a revolução no Brasil, o PCB marcaria o início de uma nova fase no movimento operário brasileiro. Alguns meses após sua fundação, Arthur Bernardes decretou sua ilegalidade. Mesmo assim, o PCB passou a editar a revista “Movimento Comunista”. Publicou ainda o Manifesto Comunista em 1925 e iniciou a publicação do jornal “A Classe Operária”.

## 2.5 Conquistas da Classe Operária

A modernização, embora conservadora, do país e o tímido crescimento industrial fortaleceram a luta dos operários que, guiados pelos anarquistas, conquistaram algumas garantias legais. Assim, o Código Sanitário Estadual do Rio de Janeiro – que inicialmente previa um controle das populações perigosas, como no caso que repercutiu na “Revolta da Vacina” na capital no governo de Rodrigues Alves – foi revisto em 1917, passando a exigir que os menores de 18 anos tirassem licenças de trabalho. A partir de 1919, o seguro de acidentes

tornou-se compulsório nas companhias de transporte e construção, bem como nas fábricas que empregavam grandes máquinas.

Arthur Bernardes criou o Conselho Nacional do Trabalho, com o objetivo de assessorar o governo nas questões trabalhistas. Em 1923, a Lei Elói Chaves determinou a criação de um fundo de aposentadoria e pensões para os empregados de empresas ferroviárias. A legislação foi o ponto de partida para a instituição da Previdência Social no país.

Somente no final da República Velha, a única conquista da primeira geração dos operários ganhou vida: a proibição do trabalho infantil. A lei foi votada no governo de Washington Luís e instituída oficialmente em 1927, pelo decreto federal conhecido como Código de Menores. Todavia, não há registros de que tivessem sido colocadas em prática até a Revolução de 30 e a quebra da República Café com Leite (CARVALHO, 1987).

## 2.6 Os Industriais e a Questão Social

Dean (1971) argumenta que nas primeiras décadas de 1900 os investimentos dos industriais em obras de caridade ou serviços sociais ainda eram tímidos, demonstrando a falta de reconhecimento à classe trabalhadora. O empregado era categorizado em uma posição inalteravelmente inferior na sociedade, sem merecer mais do que um regime de subsistência. O consumo de artigos adicionais pelo trabalhador não era visto como possibilidade de o empresariado vender mais e ampliar seu faturamento.

Porém, no decorrer da Primeira República, empresários paulistas passaram a compensar a baixa remuneração dos trabalhadores, concedendo benefícios como construção de creches e jardins de infância, armazéns, igrejas e restaurantes de companhias. Alguns empregadores forneciam casas e assistência médica aos funcionários. A concessão de benefícios ainda não era generalizada e muitos serviços eram deduzidos integralmente das folhas de pagamento.

A institucionalização crescente de grupos sociais pode ser sentida inclusive nas agremiações industriais patronais. Com efeito, diversas entidades podem ser citadas como precursoras da criação do Serviço Social da Indústria (SESI). Em 1916, por exemplo, Roberto Simonsen fundou o Centro de Construtores e Industriais de Santos, com a proposta de oferecer assistência aos trabalhadores e intermediar conciliações entre empregadores e empregados.

## 2.7 Novas Concepções: o Taylorismo e a Indústria Nacional

Em 1911, o engenheiro industrial norte-americano Frederick Winslow Taylor lançou as bases de um sistema de simplificação das tarefas e individualização das forças de trabalho que tornaria a produção mais eficiente. A realização de tarefas simples e repetitivas diminuiria encargos com operários qualificados. Os bons funcionários seriam estimulados com recompensas e os “indolentes” ficariam sujeitos a punições.

Influenciado pelas idéias do “Taylorismo”, Henry Ford intensificou a divisão do trabalho ao introduzir o sistema de linha de montagem. O “Fordismo” vigorou na indústria durante todo o século XX, a partir da década de 1920. Esse modelo se caracteriza principalmente pela produção em massa de bens de consumo e pela automação do trabalho do operário, que perde o controle da técnica de produção e passa a realizar apenas uma tarefa do processo de trabalho.

No período do Pós-guerra, esse padrão produtivo passou a contar com o apoio do Estado do Bem Estar Social. A responsabilidade de criar mecanismos voltados à saúde e à educação dos trabalhadores foi transferida ao Estado. Mas no caso brasileiro, mesmo a educação fundamental, que estava como função do Estado na Constituição do Império de 1824, desapareceu da Constituição Republicana de 1891 (WOLKMER, 1999). Coube, portanto, ao setor privado desempenhar esse papel.

No Brasil, o primeiro levantamento reconhecido sobre o setor industrial é o Recenseamento Geral da República, realizado em 1920. Segundo o estudo, em 1889 existia um número superior a 636 indústrias instaladas no país. Trinta anos

depois, o total de estabelecimentos chegava a 13.336 unidades. Nessa época, em que era confirmada oficialmente a franca expansão industrial, despontaram novos empresários, pertencentes à primeira geração de brasileiros que não conviveu diretamente com a escravidão. Sucessores dos condes italianos que dominavam a produção industrial até então, esses empreendedores demonstravam interesse nos princípios da administração científica desenvolvidos por Taylor e Ford, com o objetivo de aumentar a produtividade, sem a necessidade de maiores investimentos. Representados pelo engenheiro Roberto Simonsen – uma espécie de porta-voz do grupo –, iniciaram discussões sobre capacitação e o oferecimento de serviços e assistência social aos trabalhadores. Tais industriais compreendiam, sobretudo, que a criação de um mercado consumidor interno dependia diretamente do poder de compra dos empregados brasileiros, que constituíam a principal parcela da população.

Dessa nova geração partiu a iniciativa de criar a Companhia da Indústria do Estado de São Paulo (CIESP), em 1928. Com o conde Francisco Matarazzo na presidência e Simonsen como vice-presidente, a instituição representou um passo importante para o setor, simbolizando a ruptura com a Associação Comercial de São Paulo, até então seu órgão principal de representação (WEINSTEIN, 2000).

## 2.8 Década de 30: a Indústria em Expansão

Carone (1970) considera que o período entre guerras é marcado como a primeira crise da democracia liberal. O desenvolvimento industrial desmedido entupiu o mercado de bens e provocou um colapso mundial do capitalismo. Após a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, o Estado se fortaleceria para tentar atenuar os efeitos da crise.

O Brasil também sofreu forte impacto com a crise, mas os danos foram menores para a indústria, devido à sua pouca expressividade para a economia nacional. Entretanto, foi afetada a produção de café, principal atividade agroexportadora da época. Logo, o principal efeito da crise para o país foi a quebra do poder das oligarquias ligadas ao produto, que controlaram politicamente o Brasil desde a Proclamação da República (CARONE, 1970).

O enfraquecimento das elites rurais tradicionais possibilitou a ascensão de um modelo mais urbano e industrial, apoiado pela burguesia ascendente, pelos setores médios e mesmo pelo proletariado, que vivia sob um regime próximo ao de exceção. Sérgio Buarque de Holanda vê no contexto de modernização uma possibilidade de construção de bases industriais e de superação da crise oligárquica, permitindo que o brasileiro deixasse de ser um neoportuguês, superando as raízes ibéricas (HOLANDA, 1997).

De outro lado, a construção de um governo centralizador, autoritário e populista foi facilitada. O intervencionismo de Getúlio Vargas seguiu a onda de presença mais forte do Estado, ao ponto de aproximá-lo ideologicamente das potências totalitárias da Europa Central. Ao mesmo tempo, o país se modernizava. Os novos ares já haviam sido prenunciados no início da década de 1920 em São Paulo, com a Semana de Arte Moderna. A dependência tecnológica foi, sem dúvida, a característica mais significativa da industrialização latino-americana (CARDOSO, 1984).

Segundo José Carlos Pereira (1984), a década de 30 acabou sendo, até aquele momento, a que mais apresentou expansão da produção industrial. Devido à crise de 1929, a economia brasileira voltou-se cada vez mais para seu mercado interno, deixando à demanda externa o papel de constituir o principal impulso dinâmico de crescimento. Muitas fábricas foram instaladas com a aquisição, a preços baixos, de equipamentos de segunda mão provenientes de empresas estrangeiras que fecharam as portas. O momento de transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial foi também de um crescente movimento de êxodo rural, que ampliou a oferta de mão-de-obra para a indústria e, em alguns casos, criou novos consumidores.

Os altos preços dos produtos estrangeiros estimularam a produção interna, iniciando-se assim uma nova fase do processo de substituição das importações. O crescimento da produção industrial, que em 1933 ultrapassou a produção agrícola, conferiu poder econômico e simbólico a essa nova fração do empresariado. Como demonstram as obras intelectuais e os discursos de Roberto Simonsen, a industrialização era mais do que uma alternativa econômica, tratava-se de um projeto de transformação da sociedade, calcado na técnica e na ciência, para o desenvolvimento do Brasil (MAZA, 2002).

O processo de urbanização contribuiu para a acentuação das pressões populares por níveis de vida mais elevados. O governo adotou políticas populistas para se manter no poder e para atenuar os efeitos da crise. A idéia que predominava na política do período era de intervencionismo e protecionismo, do *New Deal* nos EUA ao surgimento do Estado de Bem Estar Social na Europa, passando pela ascensão dos regimes totalitários.

## 2.9 Conquistas da Classe Trabalhadora

A gestão paternalista de Vargas tornou patente a carência da população por medidas sociais. Nessa época, se observavam no Brasil a escassez de alimentos, a degeneração das condições de saneamento e higiene, a precarização das habitações e a desagregação social e familiar. O quadro era conseqüência do intenso crescimento urbano, que por sua vez estava atrelado diretamente à industrialização.

Logo no início de seu governo, em 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. É preciso destacar que a missão do governo de intervenção de Vargas era atenuar os efeitos da crise de superprodução do ano anterior. Assim, havia a necessidade de criar postos de serviços para gerar emprego e regulamentar o trabalho, aumentando a remuneração e diminuindo a jornada produtiva. A proposta era aumentar o consumo e diminuir a produção. Nesse sentido, foram criadas legislações trabalhistas, como a Lei de Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou comercial deveria contar com dois terços de brasileiros natos compondo seu quadro funcional. A lei era uma reação à intensa imigração européia realizada nas décadas anteriores e que havia criado uma disputa pelos postos de trabalho entre trabalhadores nativos e imigrantes.

Embora tenha adotado medidas relevantes para o trabalhador, Getúlio Vargas procurou controlar o movimento operário, levando-o para dentro do aparelho de Estado. Em 1931, o ministro Lindolfo Collor criou os pilares da sindicalização brasileira com a Lei Sindical, que obrigava os sindicatos a ter seus estatutos aprovados pelo Ministério do Trabalho. O governo assumia, assim, o controle do movimento operário, nos moldes da “Carta del Lavoro”, de Benedito Mussolini na Itália.

A primeira lei no Brasil que regulamentou o trabalho feminino na indústria e no comércio também ocorreu nesse período, mais precisamente em 1932. Essa medida assegurou, entre outras coisas, direitos como o salário igual para trabalhos similares, sem distinção de sexo. A maternidade foi protegida com a proibição do trabalho da gestante quatro semanas antes e quatro semanas após o parto. Também em 1932, pelo decreto 21.076, que instituía o Código Eleitoral Brasileiro, era ampliado o direito de voto às mulheres.

No mesmo ano, explodiu a chamada Revolução Constitucionalista, que consistia em uma revolta patrocinada pela oligarquia paulista, fundamentada na reconstitucionalização do país. O movimento foi derrotado, mas Vargas sentiu-se pressionado a conceder a realização de eleições para uma Assembléia Constituinte, que deu ao país a mais breve das constituições, em 1934. A nova Constituição, que seria substituída três anos depois, trouxe importantes conquistas para os trabalhadores, como a instituição do salário-mínimo e da carteira de trabalho, a jornada de oito horas, férias anuais, descanso semanal remunerado, entre outras. Embora algumas dessas leis já existissem para as categorias de maior peso, como ferroviários e portuários, todos os trabalhadores passaram a ser beneficiados a partir dessa data.

Decreto do mesmo ano dispôs sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais, definindo-as como sendo, além de inerentes a determinados ramos de atividades, resultantes do exercício do trabalho. Para os dois casos (doenças profissionais e acidentes de trabalho) foram estipulados auxílios como direito a assistência médica, farmacêutica e hospitalar, indenização por incapacidades temporária e permanente, e indenização por morte.

A Constituição previu a legalidade do sistema, estabelecendo eleições indiretas que mantiveram Vargas no poder no mesmo ano. Com o movimento operário sindical cooptado pelo Estado, a alternativa foram os partidos e grupos políticos de esquerda, como o PCB e a Liga Comunista Internacionalista, seção brasileira da IV Internacional, fundada por Trotsky para se opor à burocratização stalinista (ABRAMO, 1987).

O marco histórico de 1937 foi a criação do Estado Novo, novamente com o afastamento da legalidade. As eleições presidenciais, marcadas para ocorrer

no ano seguinte, não se realizaram. Sob pretexto de deter os planos de um possível golpe comunista, Vargas ordenou que as tropas da Polícia Militar fechassem o Congresso Nacional. O período ditatorial determinaria a censura, o controle das informações e o uso dos meios de comunicação para propaganda governamental.

Em relação às conquistas trabalhistas, o Estado Novo manteve os direitos instituídos pela Constituição de 1934, mas, como todo regime autoritário, ampliou as formas de controle, abolindo o direito de greve e estabelecendo, pela Constituição outorgada de 1937, o princípio da unicidade sindical, que previa apenas um sindicato por categoria de trabalhadores.

A Justiça do Trabalho foi instituída definitivamente, com o objetivo de diluir os conflitos oriundos das relações entre empregados e empregadores. Porém, a regulamentação dessa instância ocorreu no ano de 1939, sendo instalada em todo o país no dia 1º de maio de 1941.

A queda na produção de café e o crescimento das importações geraram uma grave crise econômica no país. O governo suspendeu o pagamento da dívida externa e voltou-se para o desenvolvimento da indústria. Uma das principais ações para o estímulo do setor foi a criação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro (RENAULT, 1987). A indústria posicionou-se a favor de Getúlio Vargas, em função dos incentivos provenientes do Estado e da maior influência política e econômica.

No ano seguinte, Vargas declarou a urgência na produção de aço como uma maneira de promover a independência econômica do Brasil. O presidente também destacou a necessidade de substituição das importações e de produção de bens duráveis. O desejo de auto-suficiência vinha da iminência da Segunda Guerra Mundial (BRANDÃO, 2000).

## 2.10 CNI e SENAI

A Confederação Industrial do Brasil deixou de existir em 12 de agosto de 1938, dando lugar à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entidade patronal de

grau superior, a CNI começou congregando as federações existentes e agregando outras que seriam fundadas país a fora.

No dia 26 de janeiro de 1942, Getúlio Vargas assinou o decreto de criação de um importante órgão para a formação de mão-de-obra especializada: o Serviço Nacional da Indústria (SENAI). A iniciativa contou com uma recepção positiva por parte dos sindicatos. Seis anos depois, durante uma cerimônia de formatura, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Mecânicos e Material Elétrico do Estado de São Paulo (SMMESP), Mário Sobral, afirmou que a criação do SENAI nada mais era do que “resultado direto das pressões exercidas pelos sindicatos operários sobre o governo” (SOBRAL, 1948, p. 2 apud WEINSTEIN, 2000, p. 217).

Os sindicatos consideravam o SENAI como um benefício para os trabalhadores, especialmente os jovens, que com ele passaram a ter mais acesso à formação profissional. A maior reivindicação junto à instituição era a expansão de sua rede escolar, auxiliando no processo de modernização do país e de superação das bases rurais extrativistas.

Os dirigentes nacionais davam ênfase aos aspectos nacionalistas dos programas do SENAI, já que, no passado, os empresários não demonstravam interesse pelo treinamento de seus operários. Antes, os industriais, sobretudo de São Paulo, consideravam menos oneroso contratar operários e engenheiros estrangeiros especializados na Europa e nos Estados Unidos do que investir na qualificação dos trabalhadores (WEINSTEIN, 2000).

O aspecto de controle institucional do SENAI foi paradigmático. Inicialmente subordinada ao Ministério da Educação, por pressão da CNI e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a instituição foi remanejada para ser administrada por meio de organizações sindicais, fortalecendo assim o esquema corporativo de intermediação entre as classes, defendido pelo governo de Vargas, e desobrigando o Estado de qualquer investimento financeiro direto.

O ano de 1943 entrou para a história do Brasil como o ano da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Resposta às necessidades geradas pela industrialização, a legislação surgiu como conquista das lutas dos operários durante todo o

conturbado período da República Velha. A CLT foi uma necessidade institucional surgida após a criação da Justiça do Trabalho em 1939, com o objetivo de unificar e regulamentar toda a legislação trabalhista existente até então no país.

A CLT é resultado de anos de trabalho de destacados juristas, que se empenharam em criar uma legislação que atendesse à necessidade de proteção do trabalhador, dentro de um contexto de “estado regulamentador”. Seus principais temas são: Registro do Trabalhador/Carteira de Trabalho, Jornada de Trabalho, Período de Descanso, Férias, Medicina do Trabalho, Proteção do Trabalho da Mulher, Contratos Individuais de Trabalho, Organização Sindical, Fiscalização, entre outros.

## 2.11 Segunda Guerra Mundial e Fim do Estado Novo

O Brasil entrou na guerra em 1942, em apoio aos Estados Unidos. Mais uma vez, em um momento de crise mundial, o país acabou sendo beneficiado economicamente. Consolidou-se a transferência da dependência da Inglaterra – principal parceiro comercial da América Latina desde o século XIX – para os Estados Unidos. Em 1913, o país proporcionava 26% do conjunto das importações latinas e comprava 30% do total das exportações. Em 1948, esses índices passaram a 53% e 39% (CARDOSO, 1984, p. 249). A indústria passou a atender o crescente mercado interno, aumentaram as exportações aos países aliados e os EUA trouxeram maquinários ao país, estimulando a produção industrial em regiões menos desenvolvidas no setor, como o Rio Grande do Norte.

O fim da guerra consolidou os Estados Unidos como potência mundial, que perderam o interesse em investir no Brasil. Paralelamente, ocorreu uma maior estruturação da indústria nacional, que precisava se adaptar à nova realidade econômica. As principais necessidades eram a redução da margem de lucro e a realização de investimentos industriais em regiões menos desenvolvidas do país, como forma de equilíbrio do setor (BRANDÃO, 2000).

No Pós-guerra, determinados países capitalistas adotaram o Estado de Bem Estar Social. Essa forma de organização política e econômica colocou o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da eco-

nomia. Nesta orientação, o Estado foi o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país, em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com a nação em questão. No Brasil, não foi consolidado um Estado do Bem Estar Social nos moldes europeus, embora o país finalmente adentrasse uma fase republicana, consolidada pela democrática Constituição de 1946. Getúlio Vargas, que ideologicamente fez um governo próximo ao das potências totalitárias da Europa, foi deposto do governo, o que pôs fim ao Estado Novo. Esses empecilhos governamentais fizeram com que a seguridade social fosse garantida em grande parte pelos setores privados. O próximo presidente eleito foi Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), aliado do trabalhismo getulista.

O Plano de Desenvolvimento Industrial para o Pós-guerra, elaborado por Roberto Simonsen e apresentado numa exposição no I Congresso Brasileiro das Indústrias, em 1944, acabou contribuindo significativamente para o desenvolvimento da indústria no final da Segunda Guerra Mundial. Contudo, o agravamento dos problemas sociais em 1945 fez com que alguns empresários de visão nacionalista começassem a discutir a necessidade de dar um novo rumo à economia brasileira ao mesmo tempo em que se propuseram a conjugar meios para uma tomada de decisão.

Nesse cenário, foi criada a Fundação de Assistência aos Trabalhadores (FAT), mantida pela contribuição espontânea dos empresários, com o objetivo de prestar serviços assistenciais aos operários das indústrias. Apesar de implementada em 1945, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a FAT não chegou a ser legalmente constituída. Seus postos de abastecimento foram posteriormente reutilizados pelo SESI.

## 2.12 Em Busca da “Paz Social”

A criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), em 1945, teve como objetivos a retomada da luta da classe operária e da liberdade sindical contra o controle da ditadura de Vargas. Correntes anarquistas e comunistas difundiam suas interpretações de crítica social entre o proletariado concentrado

nas cidades. As concepções partilhadas por estas duas tendências confrontavam diretamente a própria existência das elites proprietárias, propondo uma transformação revolucionária da sociedade. Em contraposição à “ameaça comunista”, as elites econômicas se automearam “classes produtoras” e defenderam a harmonia entre as classes em prol do bem comum.

Uma profunda confiança no desenvolvimento social repleto de caridade cristã animava os industriais progressistas. Afirmaria Roberto Simonsen em 1946 que “(...) não há questão social – habitação, alimentação, educação, saúde e outras – cuja solução exija mais do que apenas boa vontade e diligência por parte dos que respondem pela preservação de nosso patrimônio social e histórico” (SESI, 1982, p. 13).

Um dos efeitos não intencionais das críticas sociais de inspiração anarquista e comunista foi aproximar os objetivos do governo e das classes produtoras, ambos interessados em encontrar uma solução para a “questão proletária”. Tal aproximação não se deu, todavia, sem alguns conflitos, uma vez que estavam em jogo os dividendos políticos da missão assistencialista.

A I Conferência Nacional das Classes Produtoras do Brasil foi realizada em 1945. Durante o evento, foi elaborada a “Carta Econômica de Teresópolis”, documento que reúne as idéias do grupo de empregadores capitalistas e progressistas encabeçados por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. A rapidez institucional com que algumas resoluções da conferência foram levadas adiante demonstrou a vontade política que animava esse grupo.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) elaborou, juntamente com sindicatos patronais e de empregados do estado, a “Carta da Paz Social”, na qual se afirmava que “uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar [...] uma obra educativa, através da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles o sentimento de solidariedade e confiança” (SESI, 1976, p. 19). Uma das propostas era a criação de “um fundo social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiassem os empregados de todas as categorias, em assistência social em geral, repartindo com os institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população” (SESI, 1976, p. 19).

A partir dessa proposta, foi regulamentada a implementação do SESI, que se efetivou em 25 de junho de 1946, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra, pelo Decreto-Lei n°. 9.403. Coube à CNI criar, organizar e dirigir o SESI. Seu Conselho de Representantes elaborou o Regulamento da nova instituição, publicado no Diário Oficial da União em 22 de julho. Em 7 de agosto, o SESI foi inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. A iniciativa dos industriais foi prontamente expandida para os comerciantes, tendo o Decreto-Lei n°. 9.853, de 13 de setembro de 1946, autorizado a Confederação Nacional do Comércio a criar o Serviço Social do Comércio (SESC).



# 3 PERÍODO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO





O SESI é uma instituição privada de caráter público. Não está diretamente subordinado ao poder público, apesar de contar com seu amparo e prestar-lhe contas. Com serviços organizados nos moldes das empresas privadas, possui patrimônio próprio e direção particular, mas não visa lucro. Essa especificidade exigiu um desenho administrativo próprio. O primeiro período de existência do SESI foi caracterizado pelo paulatino desenvolvimento da estrutura institucional, com distribuição de atribuições entre as repartições e regionais.

O Decreto-Lei n.º 9.403 estabeleceu que toda empresa das categorias da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca localizada em solo brasileiro deveria redirecionar uma porcentagem calculada sobre o total da folha salarial para a manutenção do Serviço Social da Indústria, subordinado à CNI. A desigualdade geográfica do desenvolvimento do país condicionou a elaboração do regulamento interno, que estipula a existência de uma administração nacional – composta por Conselho Nacional (CN) e Departamento Nacional (DN) – e administrações regionais, com seus respectivos Conselhos Regionais (CRs) e Departamentos Regionais (DRs). A distribuição da receita exige a manutenção de 75% da arrecadação na região de origem, o que teve primordial importância ao longo de toda a história do SESI e até os dias de hoje.

No momento de fundação do SESI, seis estados contavam com federações das indústrias constituídas: Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nesses estados, os departamentos regionais passaram a ter existência legal a partir da criação do SESI. Cabia às federações fundar os departamentos e conselhos regionais, implementando, com relativa autonomia, as diretrizes estabelecidas pela administração nacional. A implantação dos serviços foi feita gradualmente, na medida das possibilidades e conveniências de cada região. Nos estados em que a organização dos sindicatos patronais industriais era ainda embrionária e, portanto, não havia Federação das Indústrias, o Departamento Nacional instalou gradualmente Delegacias Regionais (DLs), administradas diretamente pelo SESI nacional.

No Departamento Regional (DR) de São Paulo, a primeira providência foi a criação do Conselho Consultivo, instalado em 25 de julho de 1946. Dentre os princípios aprovados por esse Conselho, constava a recomendação de se es-

tabelecerem “prioridades periódicas” na programação das atividades, que serviriam posteriormente como base para a elaboração das resoluções do Conselho Nacional. Com efeito, nesse momento de institucionalização do SESI, o DR de São Paulo exerceu importante papel de precursor, devido à importância de sua malha industrial, bem como à prévia organização e atuação da FIESP. Ao longo de toda a história da instituição, este regional nunca deixou de ser fator de mobilização e direcionamento, mas sua hegemonia foi especialmente marcante nos primeiros momentos do SESI, sendo em fase posterior compartilhada com outros DRs.

A fundação do SESI pode ser entendida como uma medida revolucionária para o enfrentamento da questão social, como afirmam Iamamoto e Carvalho (1983). O primeiro programa da entidade abrangia alimentação, habitação, higiene, saúde e educação moral e cívica. Em meio ao cenário do país no período Pós-guerra, a atuação do SESI priorizou dois setores considerados “cruciais e estratégicos”: alimentação e abastecimento e educação social. A escassez de gêneros de primeira necessidade nos grandes centros urbanos e o descontentamento popular contra as classes patronais foram condições causais importantes para o estabelecimento dos objetivos primordiais. A herança de estruturas físicas deixadas pelo extinto FAT deu condição ao SESI-SP de agilizar a implementação de uma de suas principais metas, os postos de abastecimento.

O caráter precursor da criação do SESI e sua especificidade institucional fizeram com que ficasse aparente a carência de pessoal especializado para trabalhar no serviço social durante os seus primeiros anos de existência. Essa conjuntura levou o DR de São Paulo a mobilizar a comunidade para a formação de recursos humanos. Assim, a Escola de Serviço Social, o Instituto de Direito Social, o Instituto de Serviço Social e a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo foram contatados para organizar cursos intensivos destinados à preparação de assistentes sociais, educadores sociais, orientadores sindicalistas e funcionários de várias categorias para integrarem os quadros do SESI. Fato sintomático tanto da escassez de pessoal quanto da preponderância da capital paulista, em 1947, foi a transferência de 25 educadores sociais de São Paulo para o Rio de Janeiro, com o objetivo de auxiliar a organização do SESI no antigo Distrito Federal.

O Sesi passou a oferecer uma vasta gama de oportunidades de emprego para técnicos e profissionais de classe média, como engenheiros, educadores, psicólogos, assistentes sociais e de economia doméstica e higienistas industriais. Weinstein (2000) defende que o Sesi ajudou a consolidar a importância dos conhecimentos técnicos desses profissionais: contribuiu para o processo por meio do qual algumas funções na sociedade brasileira e sua capacitação se tornaram domínio de profissionais. Tanto o Sesi quanto o Senai expandiram a autoridade do pessoal técnico e dos membros das profissões auxiliares na vida industrial, dentro e fora da fábrica.

No período compreendido entre 1940 e 1953, a classe operária dobrou de tamanho no Brasil. Para esse contingente crescente, o Sesi tinha um claro projeto civilizacional. O público do Serviço Social era pensado como a “família operária”. Cursos de corte e costura, higiene e administração doméstica eram ofertados para as esposas. A Revista Sesiinho foi lançada em 1947 para as crianças. Meninas podiam frequentar os cursos de “Mãezinha” e meninos os de “Bandeirantes da Saúde”. O princípio que guiava estas atividades era a criação de um ambiente doméstico saudável para os empregados, visando a aumentar sua produtividade, bem como a formação cívica cujo mote residia no desenvolvimento do patriotismo em prol da paz social.

Pelo espírito que o inspirou e pela estrutura funcional que lhe fora dada, o Sesi deveria exercer uma missão pedagógica e educacional de nítidos valores éticos e sociais. A educação técnico-profissional do trabalhador realizada pelo Senai e pelo Estado exigia uma complementação cívico-social que o integrasse no seu grupo social e profissional. (Sesi, 1976, p. 22).

### 3.1 Resistência ao Sesi

As indústrias, que empregavam cerca de 1,5 milhão de trabalhadores, passaram a conviver com greves cada vez mais frequentes. O governo Dutra, marcado pelo pluripartidarismo, pelo forte estímulo à importação e pela modernização das indústrias, tomou medidas pouco populares em relação às organizações trabalhistas, como a extinção do MUT e a suspensão das eleições sindicais.

A fundação do SESI sofreu certa resistência por parte dos sindicatos, pois muitos trabalhadores desconfiavam dos objetivos da instituição, que estava fortemente ligada à vontade dos industriais. Outro ponto que dificultava ainda mais a aceitação do SESI por parte dos sindicatos era a identificação do órgão com os representantes sindicais ligados ao governo (WEINSTEIN, 2000).

Segundo Weinstein (2000, p. 231), “o SESI iniciou suas atividades ligado a um governo que ataca o operariado – sua vida institucional começa com uma imagem politizada e com pouca credibilidade entre os militantes sindicais”. As facções do movimento operário de vertente comunista criticavam duramente a instituição e boicotavam as festas organizadas em comemoração ao 1º de Maio e outros eventos. Contudo, os serviços do SESI, considerados de utilidade prática, tendiam a receber apoio dos operários e de seus líderes, independentemente dos objetivos educacionais associados a tais atividades. Os anseios dos industriários também eram atendidos, visto que havia uma demanda real por assistência nas áreas de alimentação, saúde, educação e habitação.

Em 1953, por exemplo, foi realizada uma das mais importantes paralisações da história do Brasil, a chamada “greve dos 300 mil”. Após essa mobilização em busca de reposição salarial, muitos sindicatos que vinham contribuindo com o SESI na promoção dos jogos operários passaram a assumir posições mais críticas (WEINSTEIN, 2000).

Com isso, alguns sindicatos passaram a comemorar o Dia do Trabalhador independente de organizações como o SESI e o SESC, vistas como um meio de enganar a classe. Apesar das críticas dos sindicatos, as comemorações do 1º de Maio do SESI continuaram a acontecer, e os jogos permaneceram como ponto alto das festividades para os atletas operários. Deste modo, reconhecendo a aceitação dos eventos esportivos, os sindicatos combativos passaram a organizar suas próprias competições, oferecendo assim uma alternativa para os jogos operários (WEINSTEIN, 2000).

Embora fossem mais atraentes do que os programas com tendências ideológicas, os serviços materiais ofertados pelo SESI não estavam livres de críticas por parte dos sindicatos. Um exemplo eram as cozinhas distritais, que, para

grande parte dos trabalhadores, serviam “uma comida de baixa qualidade, sem gosto e fria” (WEINSTEIN, 2000). Mesmo que algumas dessas críticas fossem exageradas, elas refletiam uma insatisfação real do operariado. O próprio SESI, por meio de suas estatísticas, aponta uma grande queda na demanda de seus alimentos na metade da década de 1950. Esse fato gerou uma nova onda de firmas que abriram seus próprios restaurantes, deixando de adquirir as refeições oferecidas pela instituição.

As supostas deficiências das cozinhas distritais davam excelentes oportunidades para ridicularizar como um todo o projeto do SESI de promover a paz social. Como citado em um jornal da época:

Desenvolvendo um aparente programa de assistência social, o SESI (organização patronal) procura convencer os trabalhadores que é seu Papai Noel. Outro intuito não tem, se não de inculcar na cabeça dos trabalhadores sua maneira de pensar, que é frontalmente oposta à nossa, uma vez que o interesse dos empregados e empregadores é distinto. (O CONDUTOR, 1957, p. 7 apud WEINSTEIN, 2000, p. 233).

Ainda que antiga, a expressão “paz social” passou a ser bastante difundida com o fim da Segunda Guerra Mundial, após a divulgação da “Carta da Paz Social” pelos industriais, e com o surgimento de um discurso democrata cristão, que recomendava a cooperação entre as classes. Foi nesse sentido que o SESI escolheu o lema “Pela Paz Social no Brasil”, e os líderes da FIESP nomearam Morvan Dias de Figueiredo como Ministro da Paz Social. O discurso de conciliação de classes se chocava com as teorias revolucionárias de esquerda, que propunham o acirramento das contradições (WEINSTEIN, 2000).

Alguns sindicatos autônomos atacavam o conceito de paz social, dizendo que a expressão não passava de uma legenda dos empregadores que traduzida queria dizer “poderemos viver em paz, desde que vocês pensem como nós e façam o que queremos” (O CONDUTOR, 1957 apud WEINSTEIN, 2000, p. 234).

Com a escolha de novas diretorias sindicais e a ampliação das greves na década de 1950, as invocações afinadas à paz social deram lugar a críticas cada

vez mais ásperas às metas de harmonia entre as classes. Os jornais sindicais sempre se referiam à paz social em sentido irônico quando denunciavam práticas dos empregadores que consideravam ilegais ou antiéticas.

Segundo Weinstein (2000), a imprensa sindical tirou partido da militância dos empregados do SESI e do SENAI para mostrar a intolerância dos patrões, uma vez que esses funcionários esforçavam-se para se sindicalizar e reivindicar aumentos salariais. Contudo, os sentimentos contrários ao SESI não impediam o estabelecimento de relações com a entidade. Jornais de sindicatos chegaram a publicar material informativo produzido pelo SESI, como recomendações sobre como melhorar a vida familiar e também um longo artigo com o título “Os dez mandamentos de segurança do trabalhador”.

A popularidade de alguns programas confortava os dirigentes da instituição, que afirmavam em publicações institucionais que o “operário brasileiro típico” gostava dos serviços do SESI e aceitava seu conceito de paz social (WEINSTEIN, 2000).

### 3.2 Ampliação dos Serviços de Atendimento

Desde sua fundação, o SESI incentivou a realização de pesquisas e avaliações, entendendo como imprescindível a compreensão do contexto em que pretendia atuar. O artigo 1º do Regulamento de 1946 estipula que ao SESI compete “estudar, planejar, realizar ou cooperar na execução de medidas que contribuam para o bem-estar dos trabalhadores da indústria” (SESI, 1982, p. 3). Com o intuito de cumprir tais determinações, em 1950, o DR de São Paulo concebeu o “Inquérito Preliminar de Higiene e Segurança Industrial”. A valorização de pesquisas pode ser constatada em todas as fases de sua cronologia, revelando uma linha de continuidade bem definida.

As primeiras ações do SESI do período de 1946 a 1963 marcam as diretrizes escolhidas em cada uma das áreas de atuação da entidade, em um período de desenvolvimento industrial e de crescimento urbano no país, que vivia um breve período de democracia. A promoção da saúde toma corpo em ambulatórios,

consultórios odontológicos, serviços de saúde nas empresas e na construção do primeiro hospital do Sesi. A carência dos industriários resultou na priorização da medicina curativa em detrimento da abordagem preventiva.

Na área esportiva, foram realizados os Jogos Desportivos Operários e inaugurados os primeiros clubes, com o objetivo de promover a integração associativa de seu público de atendimento. Programas de alfabetização, aprendizado doméstico e incremento da renda familiar foram organizados para a concretização de suas metas educativas. Nos dez primeiros anos de existência do Sesi, foram concedidos certificados de formação a 47.817 trabalhadores (TREVISAN, 1986).

Paralelamente, o Sesi promoveu atividades culturais, como bibliotecas itinerantes, teatro operário e exposições de cinema. Com exceção do teatro, em sua fase de institucionalização, o Sesi inicialmente concebeu a cultura como produto a ser entregue pronto para ser consumido pelos industriários.

Dos inúmeros exemplos de atividades iniciadas nesse período de institucionalização, torna-se patente a continuidade das linhas de atuação nas áreas de educação, saúde, esporte, nutrição e cultura. Porém, ao longo do tempo, a forma de abordagem de cada uma delas sofreu modificações profundas.

O entendimento de serviço social exemplifica a tendência de adaptação. Durante sua fase de institucionalização, o Sesi foi regido pela lógica do assistencialismo social. As críticas posteriores a essa abordagem foram, com efeito, preponderantes para a transformação das estratégias de atuação da entidade.

### 3.3 Seminários Técnicos

Tendo iniciado suas atividades sem procedimentos previamente estabelecidos ou uma estrutura interna que distribuisse as atribuições em cada Departamento Regional, o Sesi foi aos poucos organizando sua administração, num processo de construção prática que é observado durante todo o período de institucionalização e, em menor escala, também nas fases subsequentes. A Comissão de

Análises de Relatórios de 1954, por exemplo, traçou uma de suas conclusões criticando a falta de uma política de integração e planejamento das ações dos departamentos e delegacias regionais. No documento, consta:

Se nós pudéssemos permitir uma salutar autocrítica, deveríamos reconhecer que essa grande instituição ainda não se pôde realizar cabalmente e que lhe têm faltado algumas diretrizes técnicas que venham dar-lhe certa uniformidade de ação e uma fisionomia mais característica. Porém, não se deseja dar ao SESI, em todo o território nacional, um figurino rígido e estrito, ou que se possa desconhecer as peculiaridades locais ou que se imagine coactar a autonomia estrutural dos órgãos regionais (SESI, 1982, p. 23).

Diante dessa ponderação, foi organizado em 1956 o I Seminário Nacional de Técnicos do SESI, na cidade de Natal, com a participação dos estados do Rio Grande do Norte, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Paraíba. Nesse seminário, expressou-se a preocupação com as estratégias de divulgação da política social e das realizações da entidade, tanto no relacionamento com os industriais quanto com os industriários. Esta conscientização a respeito da importância da imagem institucional, ainda embrionária, foi intensificada durante a fase de Planejamento do SESI. Os técnicos do SESI discutiram as possibilidades de aperfeiçoamento do pessoal, propondo “métodos racionais de seleção” e o provimento de bolsas de estudos para a formação de assistentes sociais, bem como o incentivo à troca de experiências entre os DRs. A necessidade de pesquisas sobre as demandas dos trabalhadores e o incremento da colaboração com instituições públicas e privadas também foram temas de debate.

Em 1958, foi realizado o II Seminário Nacional de Técnicos, primeiro encontro que reuniu todos os departamentos regionais. O Departamento Nacional do SESI investiu na preparação e distribuição, em larga escala, de material documental, educativo e de propagação das realizações do SESI, destinado aos vários DRs.

Para alguns teóricos, o SESI funcionava nesse período como agência de sociabilidade, promotora de uma forma de inclusão característica do momento político-corporativista brasileiro. Instituído a partir de 1956 em parceria com o jornal O Globo, o Prêmio Operário Padrão é representativo dessa estratégia.

### 3.4 Política de Desenvolvimento

Durante a década de 1950, surgiram os primeiros ensaios de uma política relativamente sistemática de desenvolvimento do Brasil. Brandão (2000) destaca o retorno de Getúlio Vargas (1951-1954) ao governo brasileiro, com amplo apoio dos trabalhadores urbanos e rurais, mas com grande oposição por parte da burguesia industrial e da classe média, representados politicamente pela liberal União Democrática Nacional (UDN).

A Europa, que fora destruída pelas guerras, já estava praticamente reconstruída em 1954. Os EUA consolidavam-se como potência mundial. Muitas indústrias estrangeiras adquiriam firmas brasileiras e fixavam-se no país, muitas vezes transformando agências de vendas em fábricas filiais (BRANDÃO, 2000). Dessa forma, o capital financeiro internacional passou a fluir substancialmente no país. A autora sustenta que os principais ramos da indústria nacional (farmacêutico, pneumático, automobilístico, eletrônico e construção civil) eram dominados por poucas empresas estrangeiras.

A política desenvolvimentista adquiriu consistência na segunda metade da década de 50. Entre os destaques do período, podem ser citados a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e o “Programa de Metais”, que culminou no aumento da produção de metais e minerais no Brasil.

Em 1955, Juscelino Kubitschek foi eleito Presidente da República, em uma aliança entre PSD e PTB, que levou João Goulart, herdeiro político do trabalho de Vargas, à vice-presidência. O mandato de JK ficou marcado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, também conhecido como Plano de Metas, um ambicioso projeto para transformar o Brasil numa nação industrializada. Com planejamento econômico e investimentos públicos e privados nos setores “corretos” da economia, o projeto priorizava setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, muitas vezes privilegiando o capital estrangeiro, como no caso da indústria automobilística (BENEVIDES, 1979). O *slogan* de campanha garantia um progresso de “50 anos em cinco”.

O governo JK tinha como características a concepção desenvolvimentista, privilegiando setores que produziam bens duráveis e a maior emissão de moeda, a fim

de promover o aumento do consumo. Destacaram-se iniciativas como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com fins de levantamento e planejamento de recursos de forma mais sistemática e eficiente (PEREIRA, 1984). Mesmo com o crescimento do país a uma taxa média anual de 8,1%, JK foi taxado de perdulário e megalomaniaco pela oposição, encabeçada pela UDN, devido ao aumento da inflação, de 12,5% para 30,5% (PEREIRA, 1984).

Nessa política, também ocorreu um grande interesse no estímulo da produção interna de bens substitutivos de importações, ficando em segundo plano a defesa do setor exportador da economia. A expansão anterior da indústria já havia alterado a relação setorial de forças, dando uma importância maior ao mercado interno.

Instrumentos como a Lei das Tarifas Alfandegárias, de 1957, e a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) criavam condições favoráveis para a realização de investimentos estrangeiros no país.

O panorama mundial da indústria apresentava a criação de novas tecnologias e a reestruturação produtiva no setor automobilístico. A Europa Ocidental e América do Norte já executavam a produção em massa logo após a Primeira Guerra Mundial, substituindo a produção artesanal do automóvel. O Plano de Metas de JK contemplou a entrada direta desse sistema no setor automobilístico brasileiro, cedendo às multinacionais o controle das montadoras e reservando a produção de autopeças para o empresariado nacional. Além disso, foi aplicada uma política de fechamento das importações e nacionalização da produção.

Conforme Womack, Jones e Roos (2004), até 1950 existiam duas grandes empresas americanas atuando na área: Ford e GM. Estruturas mais modestas foram instaladas por corporações européias e asiáticas, como Volkswagen, Ve-mag, Simca, Nacional (Willys), FNM, International Harvest, Scania, Mercedes e Toyota. Mas o potencial do mercado foi percebido somente em 1959, quando a Volkswagen realizou um investimento de proporções inéditas, lançando o veículo Fusca. O país ingressou na produção em massa, e a indústria automobilística afirmou sua importância para o crescimento industrial nacional e a influência direta sobre outros setores, como o de autopeças e o petroquímico. Em 1960, a produção de veículos atingiu o total de 321 mil unidades.

Parte do contexto de desenvolvimento determinou o aparecimento de instituições para dar suporte à política industrial. Destacam-se a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), ligada à ONU, que se transformou na mais importante escola do pensamento econômico dos países subdesenvolvidos; a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), defendendo a reforma agrária e a industrialização no Nordeste, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB (TOLEDO, 1982).

Apesar dos brilhantes resultados nessa época, Pereira (1984) descreve que o processo de industrialização entrou em crise quando praticamente se esgotou o estímulo proporcionado pelo processo de substituição. A população não conseguia participar com poder de compra, pois seu salário estava estagnado, constituindo uma barreira estrutural à expansão da industrialização, apesar dos reiterados aumentos no salário mínimo concedidos de maneira populista pelo governo.

Ao longo do período de institucionalização, o SESI consolidou suas atividades, expandindo vertiginosamente seu raio de atuação. Comungando do espírito nacionalista da Era JK, em 1956, o SESI já estava presente em 21 estados brasileiros. Em diversas localidades, as prefeituras municipais doaram terrenos para que fossem montadas unidades de atendimento, um indicativo da repercussão positiva dos serviços prestados pelo SESI. Mesmo antes de sua inauguração, em 1960, Brasília contava com um Centro Social do SESI localizado na Vila Operária da Novacap.

O período de 1957 a 1962 caracterizou-se, principalmente, pelo incentivo dado pelo SESI aos seus funcionários para que estes incrementassem os seus estudos, “objetivando uma constante melhoria do padrão técnico das equipes de trabalho dos DR’s” (SESI, 1982, p. 27). O III Seminário Nacional de Técnicos do SESI ocorreu em 1963 em Fortaleza, e o principal tema foi o novo Regulamento do SESI, aprovado pela Portaria 113 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1962.

A estrutura administrativa do SESI, na qual as instâncias de execução devem apresentar relatórios de suas atividades aos respectivos conselhos regionais e ao nacional, garantiu ao SESI um vasto acervo sobre suas realizações. Além disso, desde sempre foi necessário ao Serviço Social da Indústria defender sua legitimidade frente ao governo, à sociedade em geral e, especialmente, frente

aos industriais e industriários. Com efeito, uma das primeiras medidas tomadas pelo SESI foi capacitar agentes para atuar em campo, informando empresas e trabalhadores sobre a sua concepção.

### 3.5 Mobilização Trabalhista

Ao mesmo tempo em que promoveu a industrialização e a urbanização, a modernização conservadora implementada por JK manteve os latifúndios e a distribuição desigual das riquezas (MOREIRA, 2003). O período de alta produtividade gerou excedentes, mas eles se concentraram ou foram remetidos para o exterior. A população estava com os salários estagnados, sem poder de compra. A chamada “Crise da Política de Desenvolvimento” exigia a ampliação do mercado consumidor. Com máquinas tecnologicamente ultrapassadas e sem uma política pública voltada para a questão, a alternativa ficava na possibilidade de as empresas investirem em novas aquisições.

O mercado de trabalho para não especializados pouco se expandiu, devido ao uso intensivo de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra – opção inevitável em virtude do processo de substituição das importações. Parte significativa da indústria passou a investir apenas no mercado de alta renda. A criação de um mercado de massa foi inviabilizada, tanto por dificuldades de oferta quanto de consumo.

O fortalecimento do trabalhismo levou Jânio Quadros e João Goulart a comporem o novo executivo nacional. Mas um cenário conturbado desenhou-se com a renúncia do presidente, em 1961. As forças conservadoras ligadas às elites tradicionais tentaram um primeiro golpe, tentando impedir a posse do vice. Jango somente assumiu com o esvaziamento das funções presidenciais, a partir da adoção do parlamentarismo.

A USIMINAS foi criada em 1962, em um contexto de crescimento industrial que saíria de um estado de estagnação somente nos dois anos seguintes. A inflação apresentou-se de forma bastante acentuada, chegando à taxa de 80% ao mês. A instabilidade da política brasileira afastou os investimentos estrangeiros.

Para controlar a crise, o governo fez um controle salarial que acabou causando maior retração do mercado, prejudicando ainda mais a indústria.

O início da década representou o ápice das lutas trabalhistas, desde a Era Vargas, tanto na área rural quanto urbana. No campo, os trabalhadores iniciaram seu processo de mobilização em 1955, com a 1ª Liga Camponesa, no Engenho Galiléa, em Pernambuco. O movimento teve como bandeira principal a reforma agrária e foi dirigido por Francisco Julião.

Um ano antes, em 1954, foi criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Pouco a pouco, nascia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em 1963, foi fundada a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). No mesmo ano, foi instituído o Estatuto do Trabalhador Rural, lançando as primeiras leis relacionadas especificamente aos trabalhadores do campo, embora em um quadro ainda de predomínio do latifúndio.

Em 1960, realizou-se o III Congresso Sindical Nacional, no qual os trabalhadores unificaram suas forças sob uma única organização nacional de coordenação da luta sindical: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A entidade era dirigida por líderes sindicais, principalmente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), fundada em 1946.

Especialmente no governo de João Goulart, o CGT foi expressão significativa do movimento sindical brasileiro. Teve papel decisivo na direção de grandes manifestações operárias, como a Greve de Paridade em 1960, que demandava a equiparação salarial aos militares. Também foram de grande importância política as greves durante a crise entre a renúncia de Jânio e a ascensão de Jango. Em 1962, foi realizada nova greve geral em apoio ao plebiscito que derrotou o regime parlamentarista instituído desde 1961. Nessa greve, fizeram-se ainda outras reivindicações: revogação da Lei de Segurança Nacional de 1935 (que dava ao Governo Federal poderes especiais para reprimir atividades políticas ditas subversivas), direito de voto a todos os cidadãos (incluindo soldados e analfabetos), aumento salarial de 100%, concessão do direito de greve, reforma agrária, congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, aplicação rigorosa da lei que controlava a remessa de lucros para fora do país e direito de organização sindical aos camponeses. Novamente boa parte dos dispositivos ficaria no papel.

Em 1963, realizou-se a célebre Greve dos 700.000, que pretendia, entre outras coisas, a unificação da data-base dos acordos salariais. A reivindicação não foi contemplada, mas todos os trabalhadores ganharam 80% de aumento salarial. As reformas de base que o governo Goulart anunciava, principalmente a reforma agrária, atemorizavam os setores conservadores da sociedade brasileira, mas contavam com o apoio crescente da classe trabalhadora. Em 13 de março de 1964, mais de 200.000 trabalhadores, convocados por sindicatos e organizações operárias, participaram do comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, pelas reformas de base.

Entretanto, essa aproximação entre presidente e movimentos populares provocaria uma cisão na sociedade brasileira. Setores tradicionais e conservadores também se mobilizaram contra as reformas de base, tidas como de influência comunista.

### 3.6 Regime Militar

Com o apoio das elites tradicionais, dos setores médios e das instituições conservadoras, graças a uma mobilização militar, em 31 de Março de 1964, João Goulart foi deposto. O golpe representou a mais intensa e profunda repressão política enfrentada pela classe trabalhadora brasileira. As ocupações militares e as intervenções atingiram cerca de 2 mil entidades sindicais em todo o país. Seus diretores foram cassados, presos e exilados. O CGT e as demais organizações populares foram tolhidas de qualquer possibilidade de atuação. Uma vez contidas as lideranças, as bases ficaram atordoadas e sem ação.

Fechava-se no país um breve ciclo republicano e democrático que mesmo assim experimentou o suicídio de Vargas, a tentativa de evitar a posse de JK e a deposição de Jango. Assim como a República Velha, a Ditadura Militar representaria um retrocesso para as conquistas populares, as liberdades e garantias individuais e a construção de uma democracia e de um Estado de Direito.

Conforme Antunes (1980), ocorreu a reformulação e o cumprimento de toda a legislação sindical defensora da “paz social” e da negação da luta de classes.

Por meio de novos instrumentos legais, reforçou-se o papel do sindicato como mero órgão assistencialista e agente intermediário entre o Estado e a classe trabalhadora. Essa função era essencial para o estabelecimento do controle sobre a classe operária, para evitar oposições e protestos. Desarticulação, repressão e controle do movimento dos trabalhadores foram acompanhados de uma nova política econômica, geradora do arrocho salarial. Esta política se firmava em alguns pontos, como a lei antigreve nº. 4.330 e a fixação dos índices de aumentos salariais, que deixaram de ser negociados entre trabalhador e patrão, passando a ser prerrogativa absoluta do Estado.

A efetivação do arrocho salarial deu-se também com o fim de outra conquista do movimento operário pré-64: o regime de estabilidade no emprego. Em 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Conforme Antunes (1980), esse foi o instrumento necessário para que as empresas pudessem despedir grandes contingentes de mão-de-obra para sua posterior recontração em faixas salariais mais baixas. Criou-se uma rotatividade pelo regime de dispensa sem pagamento de indenização por tempo de trabalho.

Durante o militarismo, entretanto, foi retomado o crescimento econômico e industrial brasileiro. A ditadura valeu-se de um contexto internacional favorável e da herança da modernização promovida no período democrático. O auxílio econômico dos Estados Unidos e seu interesse político em uma América Latina ameaçada pela guerra fria desde a Revolução Cubana de 1959 também colaboraram para tal desenvolvimento, embora ele tenha sido a semente do endividamento externo. O Estado assumiu a função de órgão supervisor das relações econômicas, ocorrendo uma maior diversificação da produção industrial. Certos empreendimentos foram colocados em prática, tais como a produção de energia elétrica, do aço e da indústria petroquímica. A abertura de rodovias assegurou condições de expansão para a iniciativa privada (PEREIRA, 1984).

Outra característica marcante da ditadura brasileira foi a presença de civis entre os militares, em particular na Escola Superior de Guerra. Com isso, ocorreu um fortalecimento da vinculação de setores conservadores e suas elites intelectuais ao novo regime. Sob o pretexto de promover a integração nacional, foi criado o Serviço Nacional de Informação.



# 4 PERÍODO DE PLANEJAMENTO





O período de Planejamento do SESI é caracterizado por uma preocupação surgida no período anterior. O novo momento foi marcado por crescente planejamento administrativo, fruto da necessidade de organização da entidade descentralizada na qual a estrutura do SESI tinha resultado. Novas perspectivas de gestão, como a Qualidade Total, começaram a surtir efeito na instituição. A influência do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek também foi determinante para a postura de racionalização e planejamento adotada neste período.

Em 1965, o SESI editou um novo regulamento. Para adequar-se ao que era nele estabelecido, o DN procurou reestruturar-se técnica e administrativamente. Dentre as iniciativas regidas pelo novo código, destaca-se o I Seminário de Educação Comunitária, realizado em Brasília em 1967, com a participação de todos os DRs e DLs. As conclusões mais relevantes deste encontro diziam respeito à adequação da estrutura administrativa e dos serviços nos departamentos regionais, por meio do aumento da circulação de publicações e informativos, da intensificação dos programas de treinamento e do incentivo à realização periódica de seminários nacionais e regionais.

Acentuou-se, portanto, a conscientização sobre a importância da troca de experiências locais como estratégia de fortalecimento e unificação do SESI. Observam-se igualmente o surgimento de seminários para cada uma das áreas de atuação, demonstrativo do aumento quantitativo dos serviços oferecidos pela entidade, bem como da especialização pessoal.

As modificações contidas no novo Regulamento de 1965 repercutiram também no setor de serviços do SESI, que foi reestruturado para que fosse dada prioridade ao desenvolvimento de atividades educacionais em todo o Brasil. Os DRs e DLs receberam apoio para que pudessem ampliar ou instalar novos projetos em benefício da classe trabalhadora.

Assim, a expansão e a interiorização da instituição ganharam força. A Comissão de Estudos e Planejamento de Centros Sociais foi criada com o objetivo de realizar pesquisas para a construção de novos centros de atividades, racionalizando a ação do SESI. Sobre o período de 1966 a 1976, afirma-se que:

Nada menos do que 80 novas representações do SESI foram erguidas ou estão em construção ou projeto. Levando-se em conta que cada iniciativa destas é precedida de exaustivos estudos sobre a área em que será implantada, resulta que o SESI, entre planejamento e execução das obras, tem mantido uma média de quase dez realizações por ano (SESI, 1976, p. 102).

O início da fase de Planejamento do SESI foi marcado pelo golpe militar de 1964. Nesse mesmo ano, um general assumiu o cargo mais alto do Conselho Nacional do SESI. O caderno comemorativo lançado em 1976 é emblemático da estratégia de aproximação dos interesses da entidade aos do Governo Federal.

A presença do SESI na região servida pela rodovia denominada Transamazônica, área de especial interesse do Governo Federal, é corolário da política de permanente colaboração com os órgãos públicos, dotada e mantida pela Entidade. Em virtude das peculiaridades locais – extensão geográfica, precariedade dos meios de transporte e comunicação, rarefação demográfica e mobilidade populacional – a implantação dos serviços assistenciais do SESI processa-se paulatinamente, segundo programas e cronogramas flexíveis (SESI, 1976, p. 82).

A instituição demonstra sua sensibilidade em relação às transformações no cenário político federal, característica de continuidade histórica evidente e cuja causa pode ser tributada, por um lado, à prerrogativa de indicação do presidente do Conselho Nacional do SESI pelo chefe do Poder Executivo. Por outro lado, fica evidente a vocação do SESI em abraçar projetos de envergadura nacional, herança do empreendedorismo dos industriais responsáveis por sua fundação. Uma das formas de expressão dessa missão é a ênfase dispensada à função educacional do SESI. Criada para prestar assistência material e moral ao trabalhador industrial, a instituição promove diversos cursos, difundindo a educação como forma de elevação do padrão de vida.

A oferta constante de ensino pretendia transmitir ao operário e à sua família noções consideradas indispensáveis para sua formação moral e cívica, com o intuito de elevar os conhecimentos da população brasileira, parte de um projeto nacional mais amplo. O nacionalismo, entretanto, não deixaria de sofrer as influ-

ências do regime militar e de uma visão de Brasil que não alterava as estruturas conservadoras.

Durante a fase de Planejamento, o SESI passou a enfatizar estratégias preventivas, intensificando a promoção da saúde e da segurança no trabalho. Tal intenção foi determinante para a instituição da Comissão de Higiene e Segurança Industrial (COHISI) em 1965, com o objetivo de desenvolver um processo educacional e tecnológico que diminuísse o número de ocorrências de acidentes de trabalho. Outro exemplo dessa estratégia foi o I Ciclo Brasileiro de Bem-Estar Social na Empresa, realizado no Rio de Janeiro em 1966.

Cresceram o número e a proporção dos eventos visando à promoção do SESI e evidenciou-se uma maior preocupação com sua imagem institucional. A política da entidade se voltou para a divulgação nacional dos serviços prestados pelo SESI, enfatizando a integração das pessoas atendidas com a promoção de campanhas para despertar os indivíduos e grupos para uma maior participação na comunidade. O incentivo às organizações comunitárias colocava-se como uma alternativa à falta de espaço de representação e de ações políticas.

O meio ambiente também foi uma preocupação introduzida neste período. Precedendo o crescimento da ênfase aos movimentos sociais ambientalistas, ocorrido na década de 1970, o SESI lançou entre 1966 e 1968 a Coordenação de Tecnologia Ambiental (SESITEC) e o Centro de Tecnologia Ambiental (SESI-LAB). Ambas as repartições foram incorporadas ao Programa Nacional de Saúde Ocupacional (PNSO). Estas iniciativas demonstram a clareza das iniciativas do SESI, articulando a prevenção de acidentes no trabalho com a avaliação dos riscos ambientais das tecnologias utilizadas nas indústrias.

A Confederação Nacional da Indústria escolheu o nome de Euvaldo Lodi para designar o instituto com que fechou a trilogia de entidades na órbita do Sistema CNI. O Instituto Euvaldo Lodi, mais conhecido sob a sigla de IEL, foi criado pela CNI em 1969, na presidência do industrial Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto, em articulação com o SESI e o SENAI, tendo as três entidades como sócios mantenedores. Com o objetivo de promover a integração Universidade-Indústria, a entidade iniciou atuação nacional como órgão de estudos e pesquisas.

## 4.1 O “Milagre Econômico” e a Luta Sindical

A economia brasileira passou a viver um período de expansão a partir de 1968, durante o governo de Costa e Silva. Nos anos seguintes, o crescimento do PIB atingiu o índice de 8%. O momento histórico foi denominado de “Milagre Brasileiro” ou “Milagre Econômico”, que consistia numa expansão da economia pautada pelo controle estatal sobre inflação, salários e preços. O período seria também o auge da repressão, advinda com o Ato Institucional número 5 e com a Lei de Segurança Nacional – reação às lutas populares por democratização que levaram o regime a instituir a censura, decretar o exílio e a pena de morte em casos de “guerra psicológica adversa, ou revolucionária, ou subversiva”. A fase foi caracterizada por boa parte da historiografia como um golpe dentro do golpe.

Outra face do “milagre” foi o endividamento externo. A dívida brasileira saltou de aproximadamente 4 bilhões de dólares, em 1968, para 20 bilhões, em 1974.

Antunes (1980) considera que, para as classes dominantes, o período foi positivo, mas, para os operários, o “milagre” se traduzia em aumento da miséria, arrocho salarial e repressão. O movimento operário ainda tentou desenvolver algumas atividades mobilizatórias. Em 1967 foi criado o Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA), contando com a participação dos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco com o objetivo de pressionar o Governo para acabar com o arrocho salarial.

O sindicato de Osasco propunha avanços fora dos limites impostos pelo Ministério do Trabalho. Em 1968, ocorreram duas greves de curta duração que não resultaram em conquistas. Antecipando-se à greve geral prevista para outubro daquele ano, a direção de Osasco iniciou uma greve, acreditando na possibilidade de sua extensão para outras regiões. Mas no dia seguinte, o Ministério do Trabalho declarou a ilegalidade do ato e determinou a intervenção no sindicato. As forças militares também participaram do cerco e da invasão das fábricas. No seu quarto dia, os operários retornaram ao trabalho, encerrando a mobilização.

Depois do fracasso das duas greves em 1968, o movimento operário teve sua atuação limitada e isolada. Entre 68 e 78, se destacam algumas lutas esparsas

dentro das fábricas, como as “operações-tartaruga”. Estas se caracterizam pela diminuição do ritmo de trabalho, levando à queda da produção. Isso forçou o diálogo entre empregadores e trabalhadores e a concessão de aumentos salariais.

Essa forte repressão da ditadura contra os movimentos populares gerou um espaço curioso de reunião popular e de debate e ações políticas: a Igreja Católica, que teve papel ativo na mobilização popular, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Eram grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, encontravam-se para refletir e transformar a realidade a partir da leitura bíblica e das motivações religiosas. A crise social apelava mais fortemente para o espírito “cristão” e as demonstrações de solidariedade muitas vezes ultrapassavam os limites da caridade.

Considera-se que sua origem se deu no início dos anos 1960, mas após o Golpe Militar de 64, sobretudo nos anos 1970 e 1980, o surgimento de novas CEBs se intensificou. Nesse momento, as CEBs começaram a reivindicar pequenas melhorias nos bairros. Ao mesmo tempo, iniciaram uma caminhada para conscientização da situação social e política. Elas almejavam uma sociedade mais justa e fraterna. De fato, elas contribuíram, conscientemente ou não, para o processo de redemocratização do país. A Igreja seria, posteriormente, responsável pelo melhor relatório feito sobre a ação da repressão em nome da doutrina de segurança nacional, intitulado “Brasil: nunca mais”.

A categoria metalúrgica concentrada na região do ABC paulista é fruto das transformações econômicas e industriais ocorridas entre as décadas de 1950 e 1970. Essa geração de trabalhadores viveu o auge da produção fordista em massa. Inicialmente, a região composta pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema recebeu trabalhadores oriundos do campo que se tornaram a primeira geração familiar a vivenciar a condição de operários. Até a década de 70, a demanda das empresas no que dizia respeito à escolaridade era pouca. O êxodo rural e a crise social aumentavam o fluxo para as cidades, onde a massa de operários crescia. Apesar disso, os trabalhadores dessa geração procuraram se qualificar, retornando ao ensino formal e, principalmente, buscando cursos de qualificação profissional, dentro ou fora das empresas. Kimi Tomizaki (2006), em sua pesquisa sobre a categoria, afirma que,

das 26 pessoas que entrevistou e que fazem parte da geração que entrou no mercado do ABC paulista entre as décadas de 60 e 70, 11 cursaram o SENAI.

## 4.2 A Busca pela Padronização

A fase de Planejamento do SESI foi marcada pela crescente preocupação com o autoconhecimento e a organização, características presentes até os dias atuais. As tendências de planejamento e racionalização se intensificaram ao longo da década de 1960. Em 1969, foi instituído o Plano Estratégico do SESI (Diretrizes Gerais de Ação), e em 1971 tornou-se público o I Plano Nacional do SESI.

Visando ao aumento da efetividade dos programas de atividades do SESI-DN, criou-se o “Grupo de Trabalho Especial de Programação” em 1969. Os principais objetivos desse grupo eram: sugerir normas para a regência dos programas de atividades, aperfeiçoar o relacionamento entre planos de trabalho e elaborar e acompanhar a execução orçamentária. Uma das conclusões do Grupo de Trabalho foi que:

[...] o SESI teria que empreender um esforço, a curto prazo, para assumir a função normativa de nível nacional, que lhe compete, de forma a assegurar à instituição uma posição de pioneirismo, frente ao processo de mudança sócio-econômica, idêntica à que caracterizou o SESI nos primeiros anos de sua existência. Tal esforço deveria consubstanciar-se na seleção dos campos de atuação que efetivamente atendessem às necessidades de cada região do país, simultaneamente à adoção de medidas internas com vistas à implantação de uma sistemática de planejamento do SESI-DN (SESI, 1982, p. 30).

O ano de 1972 foi marcado por Encontros Nacionais nas áreas de Saúde, Serviço Social, Educação e Lazer. Pesquisas e estudos serviram de base para o “auto-diagnóstico da instituição”, dentre eles (SESI, 1982, p. 32):

- I. Elaboração de um questionário para conhecer o trabalho realizado por algumas regionais nos termos do Plano Nacional de Valorização do Trabalhador;

- II. Levantamento indireto de dados da distribuição espacial do pessoal ocupado e de empresas contribuintes do SESI, visando à definição dos núcleos de usuários do SESI;
- III. Estudo da reestruturação dos Núcleos e Delegacias Regionais;
- IV. Realização do VII Seminário Nacional de Técnicos do SESI, tendo como principal conclusão a definição da terminologia básica, unificada, utilizada no SESI.

A formação do Grupo de Trabalho Especial de Programação (GT) demonstrava uma preocupação do SESI em manter-se como precursor em determinados programas de atividades e serviços. Esse GT expressava também o ensejo de padronização do SESI-DN, de modo que os DRs mantivessem as suas peculiaridades sem deixar de pautar-se pelo modelo nacional do SESI. O Serviço de Assessoria Técnica, atuante em 1973, era mais uma mostra do interesse do SESI em uniformizar os DRs e aumentar a qualidade técnica dos serviços da entidade.

O crescente interesse do SESI na padronização de seus trabalhos pode ser evidenciado com o recolhimento de índices estatísticos. Um documento sobre a análise de relatórios regionais afirma que:

O trabalho final da análise dos relatórios constituía-se assim em documento orientador. Através desse trabalho, os técnicos do DN sentiram necessidade de uma maior e indispensável uniformidade, quer na maneira de considerar os princípios e técnicas do Serviço Social, quer na conceituação dos verdadeiros objetivos do SESI. Outrossim, torna-se de todo conveniente que nos Relatórios, o levantamento e a apresentação dos dados estatísticos e outros sigam um molde geral, sob uma terminologia mais precisa e exata, o que viria facilitar os estudos comparativos de ano a ano, dando idéia mais nítida das atividades realizadas (SESI, 1982, p. 49).

No começo da década de 1970, o Departamento Nacional procurou estabelecer um instrumento estatístico que contribuísse para o delineamento de um retrato do SESI no Brasil. Com este intuito, a Central de Informação iniciou a

reestruturação de seu acervo, até então passivo, colocando-o em condições de consulta e acessível aos servidores. O Banco de Dados elaborado em 1973 foi utilizado em 1980 para o intercâmbio de informações entre DRs, tendo sido representativo para o aprimoramento do SESI.

A preocupação em retratar-se em seminários e dados estatísticos pode ser interpretada como uma constante busca pela qualidade e efetividade dos serviços prestados pelo SESI. Do mesmo modo, a reestruturação do acervo da Central de Informação apresenta-se como uma iniciativa para a normalização dos documentos gerados pelos DRs.

### 4.3 Crescimento Industrial

Furtado e Suzigan (2006) entendem que a década de 70 foi uma das mais positivas no desenvolvimento da industrialização brasileira. Nesse período, a indústria passou a fazer parte, de fato, da política econômica nacional. Prevalencia o intervencionismo estatal, que controlava os interesses econômicos industriais e foi responsável pelo rápido e vertiginoso crescimento da dívida externa brasileira.

Conforme o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2001), entre os anos de 1970 e 1973, a indústria brasileira apresentava uma taxa média de crescimento industrial de 22,7% ao ano. Bonelli (1996) resalta que nessa década o Brasil se tornou o sétimo parque industrial do mundo. Já Womack, Jones e Roos (2004) relatam que em 1971 o Brasil alcançou a 10ª colocação no ranking internacional no setor automobilístico e logo em seguida, em 1974, atingiu a 9ª colocação do mesmo ranking.

Para Furtado e Suzigan (2006), a decisão pró-política industrial teve dois momentos de maior relevância: o Plano de Metas do governo JK, implementado por grupos executivos industriais que contavam com a participação do setor privado, e, no período da ditadura, a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, sob o comando autoritário do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Mas em todo o período, embora de forma intermitente, houve uma co-evolução de tecnologias, estruturas econômicas e instituições. Registrou-se também um

crescimento urbano e populacional e uma integração nacional com melhores estruturas de transporte.

Os mesmos autores descrevem que as metas eram estabelecidas, sobretudo, por motivos relacionados a problemas de balanço de pagamentos: substituição de importações e expansão de exportações de manufaturados. Nesse sentido, a política industrial ocupava-se especificamente de fazer com que a estrutura industrial convergisse para o padrão estrutural das economias industrializadas, baseado nos setores metal-mecânico e no químico. Mas, paralelamente, tentava-se também avançar na constituição de um embrião de sistema nacional de inovação (o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e no desenvolvimento da infra-estrutura econômica.

A construção da estrutura industrial e da infra-estrutura organizou o poder econômico em torno do tripé: Estado (infra-estrutura e indústrias de base), capital estrangeiro (indústrias dinâmicas) e capital nacional (indústrias tradicionais e segmentos das dinâmicas).

Cabe salientar que, nesse contexto, o mundo começava a discutir o impacto do crescimento industrial e seus desdobramentos no meio ambiente. Em 1972, um grupo de pesquisadores publicou o estudo intitulado Limites do Crescimento, que posteriormente culminou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, ocorrida no mesmo ano. Um ano mais tarde, passou-se a utilizar o conceito de ecodesenvolvimento, que mais tarde evoluiu para o conceito de sustentabilidade.

O ano de 1973 foi marcado pela crise mundial provocada pelo embargo ao fornecimento de petróleo aos Estados Unidos e às potências europeias por parte das nações árabes, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A medida foi tomada em represália ao apoio dos EUA e da Europa Ocidental a Israel que, após a vitória na Guerra dos Seis dias em 1967, contra uma coligação árabe formada por Egito, Jordânia e Síria, ocupava o Sinai egípcio, a Cisjordânia palestina, o setor oriental de Jerusalém e as Colinas de Golã, na Síria. Em 1973, Síria e Egito atacaram Israel, que venceu novamente a coligação e manteve os territórios (GATTAZ, 2002). Seis anos após o

embargo, a OPEP estabeleceu cotas de produção e quadruplicou os preços. O reflexo dos choques do petróleo para o Brasil foi o aumento das importações e o déficit comercial.

Essas medidas desestabilizaram a economia mundial e provocaram uma severa recessão nos EUA e na Europa, com grande repercussão internacional. Donos de dois terços das reservas de petróleo do mundo, países como Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait, controlavam o volume de produção e o preço do produto desde 1960, quando criaram a OPEP. Por causa do obstáculo iniciado em 1973, conhecido como “primeiro choque do petróleo”, os países industrializados encerraram o ano de 1974 com um déficit de cerca de US\$ 11 bilhões, e os subdesenvolvidos, de quase US\$ 40 bilhões.

Em 1979, ocorreu o segundo choque do petróleo, causado pela revolução iraniana que derrubou o xá Reza Pahlevi e instalou uma república islâmica no Irã. A produção de petróleo foi gravemente afetada, e a nação não conseguiu atender nem mesmo às suas necessidades. O Irã, que era o segundo maior exportador da OPEP, atrás apenas da Arábia Saudita, ficou praticamente fora do mercado. O preço do barril de petróleo atingiu então níveis recordes e agravou a recessão econômica mundial no início da década de 80. O principal reflexo para o Brasil foi o substancial aumento das importações e o déficit comercial. O quadro agravou-se em 1979, quando o Banco Central dos Estados Unidos elevou drasticamente a taxa de juros, aumentando o valor dos empréstimos (NONNENBERG, 2005).

Entre 1974 e 1975, o governo brasileiro investiu em políticas de desenvolvimento do álcool, combustível à base de cana de açúcar produzido no país. O programa era denominado Pró-Álcool.

Furtado e Suzigan (2006) afirmam que o país iniciou um processo de mudança de seu padrão de inserção internacional, deixando de ser apenas fornecedor de *commodities* agropecuárias e agroindustriais e se tornando cada vez mais importante como fornecedor de manufaturados e semimanufaturados.

No entanto, os problemas sociais se agravaram. A concentração populacional aumentou nas áreas urbanas – fenômeno intrínseco ao processo de industriali-

zação –, mas o movimento não encontrou ressonância no sistema de educação, treinamento e qualificação de mão-de-obra. Esse cenário, somado ao enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas, resultou na deterioração do salário real e no agravamento da distribuição da renda.

Furtado e Suzigan (2006) destacam que o momento de mudar o modelo normativo da política industrial teria sido a transição dos anos 1970 aos anos 1980. Cabia reduzir o foco na construção de setores, reconhecendo o fim da substituição de importações como processo de industrialização e passando a estabelecer metas mais qualitativas, voltadas para inovação, desenvolvimento tecnológico, qualidade e produtividade.

Essa mudança chegou a ser cogitada a partir de um ensaio de reforma das políticas de comércio exterior e de incentivos fiscais em 1979. Um esboço de política para o desenvolvimento das indústrias representativas das novas tecnologias de informação começou com a criação da Secretaria Especial de Informática (que posteriormente daria origem à Lei de Informática, promulgada em outubro de 1984). Porém, o processo de mudança foi interrompido por alterações no comando da economia no final de 1979 e pela crise macroeconômica que se instalou em 1980 e 1981.

#### 4.4 Ciclo de Greves

O contexto de crise social e econômica, combinado com um processo de modernização, possibilitou o nascimento um novo sindicalismo, que teve a luta contra os regimes autoritários como bandeira política e grande expressão no ciclo de greves que ocorreu entre 1978 e 1980. O fator que levou à deflagração dessas greves foi a insatisfação dos trabalhadores com o arrocho salarial. No final de 1977, saiu a público uma denúncia do Banco Mundial de que os índices de inflação que nortearam a política salarial de 1973 até aquele ano haviam sido manipulados. As perdas foram enormes para os trabalhadores, que, sem conhecimento, amargaram rendimentos muito abaixo da inflação. Segundo Antunes (1980), especialmente em 1973, diminuiu-se em 30% o índice de aumento salarial. Iniciou-se, então, um intenso processo de mobilização nas fábricas e nos sindicatos pela reposição salarial. Antes da greve de 1978, muitas paralisações já haviam acontecido nas fá-

bricas do ABC paulista. Entretanto, foi essa manifestação que marcou a unificação dos trabalhadores em torno de um interesse comum.

A “Greve de 78” começou em maio, atingindo milhares de trabalhadores metalúrgicos, inicialmente no ABC e, depois, em todo o Estado de São Paulo. Ela surpreendeu ao paralisar as atividades dentro das fábricas de forma organizada e serena. Ao saírem vitoriosos, os trabalhadores iniciaram uma luta profunda contra o arrocho salarial e transformaram em “letra morta” toda a legislação sindical repressiva. Rompeu-se na prática com a lei antigreve, iniciando-se uma atuação que visava romper com a estrutura sindical corporativa atrelada ao Estado. Além disso, com a greve, iniciou-se uma luta política que se estendeu por todo o país. No contexto das mobilizações populares que se seguiram, surgiram manifestações em defesa das liberdades democráticas e contra a ditadura militar, entre elas a luta pela anistia e pelas eleições diretas.

As greves continuaram em 1978 e em março de 1979 voltaram com novo peso. Depois de horas de negociações sem chegar a um acordo, os operários deflagram greve geral nas empresas metalúrgicas do ABC, mas desta vez fora das fábricas. Depois do décimo dia, o governo decretou a intervenção nos três sindicatos metalúrgicos do ABC. Mas a greve continuou com o apoio dos setores democráticos da sociedade. Realizaram-se dezenas de assembléias populares com 100.000 operários. As bases teóricas deste contexto de formação política para o novo sindicalismo nacional partiam também da crítica ao stalinismo e à esquerda tradicional.

## 4.5 Novo Sindicalismo

Ao final dos anos 70, o sindicalismo reemergiu e desempenhou papel decisivo nos rumos políticos, econômicos e sociais do Brasil. Esse momento de ressurgimento do sindicalismo nacional foi caracterizado por uma situação de concorrência entre os setores de esquerda. Marco Aurélio Santana (1999) identifica, de um lado, as oposições sindicais, que seguiam uma linha combativa, constituindo o novo sindicalismo, com militantes originários das Comunidades de Base da Igreja, dos grupos de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro

Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (ORMDS), entre outros grupos revolucionários de várias tendências (trotskistas, castristas etc.). De outro lado, havia a Unidade Sindical, que agrupava lideranças tradicionais, em grande parte vinculadas aos setores denominados “pelegos”.

Estes dois blocos – os sindicalistas combativos e a Unidade Sindical – seriam as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula. A partir do primeiro bloco, seria criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Do segundo, surgiria a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Em 1986, a entidade se tornaria a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que posteriormente também se dividiria em duas CGTs (Central e Confederação).

Os membros do novo sindicalismo procuraram construir sua identidade em contraponto às práticas estabelecidas no passado pelo chamado “velho sindicalismo”, compreendido entre 1945 e 1964. Essa corrente era capitaneada pela aliança comunista-trabalhista, que posteriormente integraria a Unidade Sindical. Os combativos caracterizavam esse período como populista, com desvios reformistas e com pouco empenho reivindicativo pelos interesses imediatos da classe trabalhadora. De acordo com essa leitura, o velho sindicalismo teria sido responsável pelo atrelamento do movimento dos trabalhadores à estrutura sindical corporativa, tornando-o mero apêndice do jogo de dominação das elites e contribuindo para a colaboração de classe, prática de cúpula das lideranças, distante dos anseios das bases.

O novo sindicalismo não propõe apenas a superação, mas a negação do que o PCB e o movimento sindical populista haviam praticado antes de 1964. De acordo com Santana (1999), seus membros consolidaram no meio sindical as visões anti-reformista e basista, fornecedores dos elementos essenciais dessa nova concepção. A estrutura sindical corporativa foi combatida a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. As lideranças sindicais passaram a ser os próprios trabalhadores.

Para Kátia Rodrigues Paranhos (1999), o novo sindicalismo avançou e explorou novas estratégias de mobilização. A luta não deveria se dar apenas no sindicato, mas

invadir o espaço fabril. Nesse caso, as lideranças sindicais não pouparam esforços para modificar toda a lógica de mobilização. As campanhas salariais, paulatinamente, deixaram de ser atos meramente administrativos legitimados pelo governo, como ficou estabelecido no início da ditadura. Tornaram-se assunto de trabalhadores e patrões. A estrutura sindical corporativa foi colocada em xeque, e os abusos patronais ocorridos nas fábricas paulistas passaram a ser divulgados e combatidos pelo sindicato. Congressos e seminários passaram a fazer parte da agenda dos trabalhadores, e foram intensificadas as campanhas de sindicalização.

#### 4.6 A “Década Perdida”

Além do fim do regime ditatorial e do processo de redemocratização do país, a década de 1980 foi caracterizada por instabilidade, crises, baixo crescimento econômico, inflação, aumento do desemprego e das desigualdades sociais, sendo por isso denominada “década perdida”.

Assim, em vez de mudanças, a partir de 1981, houve uma reversão do processo histórico, com involução de tecnologias e de estruturas empresariais, industriais e inclusive políticas, e deterioração das infra-estruturas. No campo da política econômica, o desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal perderam espaço, deixando de haver, no governo federal, uma atitude pró-indústria. Segundo José Eduardo Cassiolato (2001), ocorria nesse momento a crise da dívida externa no país, conjuntamente com a inflação crescente, acarretando o auge da dívida externa.

Dentre os aspectos positivos dessa década, Womack, Jones e Roos (2004) sublinham a primeira exportação brasileira na indústria automobilística, com o modelo Fox. Nesse período, também foi verificado um alto grau de integração inter-setorial e diversificação da produção, bem como a inserção dos primeiros robôs na indústria brasileira. Contudo, pesaram negativamente o baixo nível de automação, que se situava aquém do padrão mundial de desempenho industrial.

Um dos acontecimentos importantes no setor automobilístico em 1986 foi a criação da Autolatina, representada pela união da Ford e da Volkswagen do Brasil e da Argentina.

Tímidos sinais de mudança surgiram em 1988 e 1989, com uma reforma da tarifa aduaneira e novos incentivos de fomento ao investimento e ao desenvolvimento tecnológico criados pela Nova Política Industrial (NPI). Entretanto, o insucesso da política de estabilização inflacionária sepultou as esperanças de retomada do desenvolvimento industrial.

#### 4.7 Pluralização dos Movimentos Sociais

Com relação aos trabalhadores, segundo Tomizaki (2006), na década de 1980, as exigências em torno de qualificação e escolaridade já começavam a surgir no setor metalúrgico, principalmente nas montadoras de automóveis. No entanto, ainda restavam algumas possibilidades de ascensão nestas fábricas para trabalhadores com pouca escolaridade e nenhuma qualificação profissional. Em decorrência desse cenário de crises, houve uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho. A sociedade buscava novas oportunidades de organização e de expressão.

As lutas políticas seriam cada vez mais vinculadas ao Partido dos Trabalhadores, que, em 1981, iniciava um processo de crescimento institucional. Em 1983, era criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que impulsionou um sindicalismo classista, de massas e combativo. O trabalhador era considerado dentro de um horizonte mais amplo, como classe produtora de riqueza social. Duas características básicas definem o sindicalismo classista e de massas da CUT: a luta por atrair a maior participação possível de trabalhadores e a capacidade de organizá-los em oposição à classe burguesa. Isso implica articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora e, nessa condição, assumir o socialismo como perspectiva geral, sempre procurando a participação de todos os trabalhadores, inclusive dos que sequer chegaram ao sindicato.

Em agosto de 1984, foi realizado em São Bernardo o I Congresso Nacional da CUT, com a participação de 5.260 delegados eleitos em assembleias, representando 937 entidades sindicais de todos os estados brasileiros. Na ocasião, foram lançados os princípios de uma nova proposta sindical, que contribuíram com mudanças significativas para o país. A luta política e as ações dos líderes

sindicais colaboraram de forma decisiva para a derrubada da ditadura militar e, particularmente, para o processo de democratização do Brasil.

A década de 1980 também foi marcada por uma pluralização dos movimentos sociais, que passaram a abranger novas temáticas, relativas a negros, mulheres, crianças, índios e meio ambiente. Em 1984, foi organizado o movimento Diretas Já, determinante para o fim da ditadura e o fortalecimento da sociedade civil. A mobilização ganhou continuidade na articulação pela Constituinte, a partir de 1985, que culminou na nova Carta Constitucional (1988), introdutória de vários dispositivos centrados na garantia de direitos sociais e no multiculturalismo. A chamada Constituição Cidadã colocaria um ponto final nas bases do Estado autoritário, lançando os fundamentos para a redemocratização do Brasil. A ruptura com a ditadura ficava evidente com a incorporação das garantias individuais, da função social da propriedade, da liberdade de expressão e de organização e de outras questões presentes no texto da carta constitucional.

Os movimentos sociais que emergiram a partir dessa década apresentavam formas de organização dos trabalhadores opostas às estruturas tradicionais dos sindicatos e partidos políticos. Os novos movimentos sociais não se esgotaram em demandas somente por inserção socioeconômica, mas pleitearam uma ampla reformulação dos padrões culturais. Mulheres, homossexuais e negros, por exemplo, passaram a formular diferentes estratégias para o desenvolvimento de políticas da diferença, levantando uma nova ordem de ações relativas aos modernos direitos sociais. Logo, houve a incorporação a partir da multiplicação das lutas, de vários outros fundamentos teóricos para além da luta de classes que não tinha como foco questões de gênero, raça ou opção sexual.

As novas lutas operárias, os novos agentes sociais, as crises da economia e o desgaste do autoritarismo tornaram a ditadura militar insustentável já no limiar da década de 1980. Sem controle sobre o poder, o governo se antecipou e iniciou o processo de abertura política, começando pela anistia aos presos políticos e aos que cometeram crimes nas décadas anteriores. Anistia que, por ter sido ampla, geral e irrestrita, beneficiou torturados e torturadores (Lei 6.683, de 28/08/79). A volta do pluralismo político foi também uma tática dos militares para dividir a oposição e se manter no poder (Lei 6.978, de 19/01/82).

A redemocratização do país começaria com uma composição entre setores progressistas e conservadores, além de ter como pano de fundo internacional as crises econômicas e a adoção de políticas neoliberais pela Inglaterra e pelos Estados Unidos da América. A morte do presidente eleito Tancredo Neves e a posse do vice-presidente, José Sarney, oriundo das fileiras do partido da ditadura, mostra a ambigüidade do momento.



# 5 PERÍODO DE REESTRUTURAÇÃO





A partir do final da década de 70, os serviços sociais da indústria tiveram papel preponderante na constituição da organização operária em torno de suas reivindicações de classe (WEINSTEIN, 2000). Como se perceberá mais claramente no período atual da instituição, essas demandas resultaram em mudanças significativas no próprio SESI.

Ainda que não imediatamente, os reflexos da “Década Perdida” se fizeram sentir no SESI. A crise do petróleo, o aumento das terceirizações e a hegemonia da Produção Enxuta<sup>1</sup> influíram visivelmente na diminuição da arrecadação de receitas compulsórias, desembocando na necessidade de redimensionar as prioridades e os gastos:

Se aguçarmos um pouco a memória, logo nos lembraremos que os anos 80 são marcados, no SESI, por um conjunto de esforços de seus dirigentes e de seu corpo técnico, no sentido de repensar a própria instituição e a sua prática, de modo a torná-las compatíveis com as demandas da realidade (SESI, 1995, p. 41).

Assim constituiu-se o período de Reestruturação iniciado em 1980. A postura assistencialista promovida pela instituição no começo de sua existência não poderia mais ser sustentada, e a entidade passou a invocar uma nova concepção de cidadania. A ênfase na qualidade do produto, expressa na idéia de que o trabalhador deve ser saudável para que não falte ao trabalho e a empresa produza mais, evoluiu para a percepção de que os operários têm direito à qualidade de vida.

Em 1988, era promulgada a nova Constituição Federal, que consagrou os direitos sociais como princípios básicos da cidadania. Na nova moldura legislativa, a assistência social passava a ser concebida como direito social universal e instrumento de construção de cidadania, devendo operacionalizar-se de forma participativa e descentralizada, transversal às outras políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Proposta de otimizar os processos e procedimentos pela redução contínua de desperdícios. Os objetivos são promover a qualidade e a flexibilidade do processo, ampliando a capacidade da empresa de produzir e competir no cenário globalizado.

O binômio bem-estar social/produtividade, em que o SESI investira historicamente, desde sua origem, fragiliza-se consideravelmente diante dos avanços do processo de redemocratização do país e do amadurecimento político de sua classe trabalhadora (SESI, 1995, p. 42).

O período era de transformação política e de reformulação das instituições, do modo de organizar a sociedade e das interpretações sobre a vida cotidiana, através de inovações culturais. O país passava pelo verdadeiro processo constituinte de redemocratização (WACHOWICZ, 2000).

## 5.1 Abertura do Mercado Externo

Com intenso apoio do empresariado e da mídia de massa, Fernando Collor de Mello foi eleito em um segundo turno totalmente polarizado. Sua principal medida, após a posse, foi a abertura do mercado externo, que beneficiou exportadores, multinacionais e os grandes grupos econômicos, com internacionalização da economia e liberação do câmbio.

Segundo Furtado e Suzigan (2006), embora o desenvolvimento industrial na década de 90 tenha recuperado momentaneamente seu espaço, a tentativa de implementar uma política industrial no contexto do Plano Collor fracassou. A liberalização do comércio exterior foi a principal medida significativa efetivamente implementada.

O Plano Collor possuía um teor neoliberal e se assentava em uma combinação de medidas monetárias e um relativo congelamento de preços e salários, complementado pela mudança da moeda. A reforma patrimonial e administrativa abriu espaço para a privatização sem discussões públicas (ALBUQUERQUE, 1990).

Completava o quadro uma política de ajuste salarial, contrária à Constituição de 1988, que oferecia um aumento trimestral de 5% em substituição aos 3%

mensais anteriores. O controle dos aumentos tinha um forte impacto nas lutas operárias por aumentos e na organização sindical.

Furtado e Suzigan (2006) relatam que a indústria se ajustou na década de 1990. As empresas enxugaram suas estruturas operacionais e buscaram melhorar a qualidade de seus produtos, visando a aumentar a produtividade e voltar-se para a exportação.

As estruturas das indústrias encolheram com a desarticulação de cadeias produtivas, sobretudo em eletrônica, bens de capital e setor químico-farmacêutico, e com a desativação de segmentos de alta tecnologia. Com isso, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) caiu alguns pontos percentuais. Uma nova estrutura de poder emergiu: o Estado regulador e o capital estrangeiro dominante em algumas indústrias estratégicas, do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, além de grupos privados nacionais reestruturados, mas com limitada capacidade financeira e fracas sinergias produtivas, sobretudo em novas tecnologias.

No entanto, Muniz (2000) relata que o atual padrão tecnológico do parque industrial brasileiro é próximo do modelo considerado tradicional. As principais fontes de desenvolvimento em tecnologia são fornecedores de máquinas, equipamentos e matérias-primas. Os casos de empresas que investem em ciência para essa finalidade não passam de algumas dezenas, sendo, portanto, incapazes de influenciar o tecido industrial.

Além disso, a autora pondera que as ações relacionadas diretamente a ciência e tecnologia são desfavoráveis às inovações, como o baixo investimento público e privado em pesquisa básica e aplicada. Como exemplos de carências, são citadas a falta de prioridade para as áreas de ponta e de programas de treinamento nas várias engenharias – necessários para a promoção da sinergia e para a redução do risco na área privada. Essas características têm sido apontadas como decorrência da ocupação dos setores com maiores desafios tecnológicos pelas empresas multinacionais, cujas atividades de desenvolvimento tecnológico ainda permanecem, em sua maioria, localizadas em seus países de origem.

Em 1992, a população acorreu às ruas para protestar contra a corrupção e intensificou a crise que levou ao processo de *impeachment* do presidente. Para não perder os direitos políticos, Fernando Collor renunciou ao cargo. Alegando a constitucionalidade, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a Presidência da República. No mesmo ano, ocorreu no Rio de Janeiro um importante evento voltado ao meio ambiente: a Eco-92. Também conhecido como Rio-92, o encontro contou com a presença de líderes mundiais, que discutiram ações ligadas ao meio ambiente. Nesse momento, o crescimento industrial e seus impactos já eram fatos conhecidos, e medidas de proteção tornavam-se urgentes para a humanidade.

Como principal resultado do encontro, foi criada a Agenda 21, um plano de ações visando o “desenvolvimento sustentável”, que devia ser particularizado para os países e suas unidades territoriais, conforme esclarecem Valle e Lage (2004). Ainda naquela década, houve o lançamento da ISO 14000, conjunto de normas que visa a sistematizar os princípios de gestão ambiental nas empresas.

A política de integração econômica dos países da América do Sul foi outro fato de destaque do início da década de 1990. Inicialmente composto pelos signatários do Tratado de Assunção (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), o Mercosul foi criado em 1991, com a finalidade de construir um mercado comum entre os países. O bloco foi ampliado e hoje conta com mais seis países: a Venezuela aderiu ao bloco em 2006, enquanto entraram como estados associados, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador (PASSINI, 2000).

Em resposta às pretensões latino-americanas de unificação comercial, os Estados Unidos da América, interessados em manter sua hegemonia econômica na região criaram, em 1994, a carta de intenções com as diretrizes para a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que envolveria 34 países. Em função do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, Cuba não faz parte desse acordo (WOLKE, 2003). Em 2005, através das negociações brasileiras, a ALCA conseguiu eliminar as barreiras comerciais e abriu os mercados para os investimentos entre os países que compõem o bloco (TORREÃO; MÜELLER FILHO, 2003). As duas propostas de integração, Mercosul e ALCA, ainda estão em pauta.

No final do governo de Itamar Franco, em 1993, o Ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, lançou um plano econômico intitulado Plano Real, que combinava ajuste fiscal, desindexação da economia e política monetária restritiva. Propondo a redução na produção de bens e serviços para controlar a crise hiper-inflacionária, levou indiretamente ao aumento do desemprego, expondo as mazelas da economia brasileira. Diversos instrumentos e soluções propostas continuam a seguir o modelo econômico neoliberal, que prega a desestatização da economia, a abertura comercial e financeira, a flexibilização das leis trabalhistas e a austeridade fiscal, com a manutenção do superávit primário e a edição de uma lei de responsabilidade fiscal. O complemento de tal política se daria com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência, tendo como “cabo eleitoral” os efeitos iniciais positivos da estabilidade econômica, em 1994 (BIANCHI, 1997).

Durante a vigência do plano, o país passou por várias crises econômicas e por uma grande desvalorização cambial em 1999, após a reeleição de Fernando Henrique para presidente, em 1998. A política de FHC se fundamentou em um processo de ampliação da captação de capital estrangeiro com a elevação da taxa de juros ao maior patamar do planeta, o que resultou, indiretamente, em um aumento da dívida interna e na limitação do crescimento econômico.

Entretanto, do ponto de vista da indústria, algumas medidas foram bem recebidas, como a criação da Petrobrás Transporte S. A. (Transpetro), em 1998 – empresa de logística do segmento de óleo, gás, transporte marítimo, operação de dutos e terminais de petróleo, derivados e gás natural (CHAVES FILHO, 2003).

Entre os anos de 1996 e 2000, observou-se a fragilidade do setor empresarial brasileiro nas questões das *commodities* e da competitividade industrial. Em 1996, criou-se a Lei de Patentes ou de Propriedade Industrial (CNI, 2003). Em 1999, o Brasil ocupava o 37º lugar no ranking mundial de trabalho qualificado. Nessa época, intensificaram-se os debates de Arranjos Produtivos Locais (APLs), *networking*, redes, tecnologia de informação e competitividade na indústria brasileira (SUZIGAN, 2001).

Foram lançados, em nível nacional, o Programa de Apoio à Capacitação Tec-

nológica da Indústria (PACTI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que deram os primeiros indícios do crescimento industrial na época (CASSIOLATO, 2001).

Os acordos multilaterais de comércio assinados e a posterior sobrevalorização do real completaram o quadro da abertura comercial. Esta foi combinada com uma maior abertura ao investimento direto estrangeiro e com a saída de cena do Estado como agente do desenvolvimento industrial. No final dos anos 1990 e início da década de 2000, o país continuava sem política industrial.

## 5.2 Protocolo de Quioto, COPs e MOP 3

A primeira sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (COP 1) foi realizada em Berlim no ano de 1995. No evento, chegou-se à conclusão de que mesmo se, nos cinco anos seguintes, as emissões de gases poluentes fossem reduzidas aos níveis de 1990, não seria possível atingir o objetivo de longo prazo da conferência (BRASIL, 1997). Autoridades internacionais responderam ao fato com a adoção do Mandato de Berlim e com o início de uma nova fase de discussões sobre o fortalecimento dos compromissos dos países desenvolvidos, encaminhando-se o esboço de um acordo sobre o assunto à COP 3, ocorrida em dezembro de 1997.

A Conferência culminou com a proposta do Protocolo de Quioto, segundo o qual os países industrializados reduziriam suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 até o período entre 2008 e 2012. Entretanto, os Estados Unidos da América não assinaram o manifesto sob a justificativa de que prejudicaria sua economia. Esse compromisso, com vinculação legal, promete produzir uma reversão da tendência histórica de crescimento das emissões iniciadas nesses países há cerca de 150 anos.

Em 2006, o Brasil sediou a COP 8, que, segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006), teve como pauta os seguintes temas: diversidade biológica das ilhas oceânicas, terras áridas e sub-úmidas; iniciativa sobre taxonomia; acesso à repartição de benefícios; educação e conscientização pública;

implementação dos direitos das populações tradicionais; progresso na aplicação do Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e monitoramento rumo ao objetivo de 2010; aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio da CDB.

Paralelamente, foi realizado o *Meeting of Parties* (MOP 3), reunião dos países membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, no âmbito da CDB. Conforme o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006), o encontro procurou estabelecer consenso sobre cultivo e comercialização de produtos orgânicos modificados pela biotecnologia, de modo a garantir segurança ambiental e familiar. Um dos espaços abertos para a pesquisa e o debate acadêmico foi a bioética ou o biodireito.

### 5.3 Reestruturação Produtiva, Ciência & Tecnologia

No Brasil, a década de 1990 foi marcada ainda pelo desencadeamento da reestruturação produtiva. O processo decorreu de um quadro em que o capitalismo dava sinais de esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista de produção; da incapacidade de responder à retração do consumo decorrente do desemprego estrutural; e da intensificação das lutas de classe ocorridas no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970.

O contexto de crise e lutas sociais motivou a reorganização do processo produtivo em um patamar distinto, também conhecido como toyotismo ou empresa enxuta. A tendência surgiu originalmente na empresa japonesa Toyota, após a Segunda Guerra Mundial, e se propagou para as grandes companhias daquele país e na Europa como modelo produtivo alternativo ao fordista-taylorista.

Essa nova forma de organização industrial e de trabalho distingue-se do fordismo em vários setores, a começar pelo tipo de produção vinculada à demanda. Ao contrário da produção em série e de massa, o toyotismo procura atender às exigências mais individualizadas, além de ser uma produção variada e heterogênea, diferente da homogeneidade fordista. O padrão produtivo passou a contar com tecnologia avançada e computadores, o que exigiu contratação de mão-

de-obra qualificada, ao mesmo tempo em que levou à diminuição do quadro de operários de chão de fábrica.

A gestão da força de trabalho também sofreu mudanças com a introdução de novas técnicas: trabalho em equipe, células de produção, times de trabalho, grupos semi-autônomos, nos quais o trabalhador executa múltiplas funções. Procurou-se estimular o envolvimento participativo dos trabalhadores e diminuir as hierarquias. Assim, o controle de qualidade da produção antes realizado pela gerência passou a ser interiorizado na ação dos trabalhadores. Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) são organizados a partir da constituição de grupos de trabalhadores estimulados a discutir seu trabalho e desempenho para melhorar a produtividade.

O controle “militar” que caracterizava o sistema fordista foi substituído pelo *self control* (realizado pelos próprios colegas de equipe) e pelo *soft control* (tele-supervisão). Cria-se uma série de novos estímulos, como a implantação do emprego vitalício ou ganhos salariais vinculados ao aumento da produtividade.

Tendo como objetivo o melhor aproveitamento do tempo de produção (*just-in-time*), o modelo toyotista funciona segundo o sistema *Kanban*, que utiliza placas ou senhas de comando para a reposição de peças e de estoque. Diferente do modelo fordista, a orientação é que o trabalho seja desenvolvido a partir de um estoque mínimo.

Investimentos em programas de qualidade total resultaram em melhorias dos produtos desenvolvidos no Brasil. O processo produtivo flexível foi adotado para atender a uma demanda flutuante. O trabalhador passou a ser polivalente, podendo operar várias máquinas ao mesmo tempo e conhecer mais amplamente o setor produtivo, embora tenha se tornado mais rápida a rotatividade da mão-de-obra e oficializado o desvio de função.

Outra idéia do novo modelo é a de “empresa enxuta”, diminuindo-se tanto o contingente de força de trabalho quanto a estrutura produtiva, seguidas pelo processo de terceirização. Enquanto no fordismo cerca de 75% da produção eram realizados no interior da empresa, no caso da Toyota, a fábrica é responsável por apenas 25% da sua produção total.

Essas mudanças são acompanhadas, em alguns países, pela flexibilização das leis trabalhistas. Há uma reestruturação dos sindicatos, marcada pela moderação das reivindicações e pelo retrocesso do poder sindical. Tomizaki (2006) discorre sobre como esse processo atinge a indústria automobilística da região do ABC paulista. A autora estudou as transformações ocorridas nesse setor nas últimas décadas que conduziram à necessidade de maiores investimentos na educação por parte da classe trabalhadora.

A partir da década de 1980, a região do ABC paulista começou a experimentar um processo de crise que se caracterizou, sobretudo, por retração de investimentos, fechamento e transferência de algumas unidades produtivas para outras regiões e, conseqüentemente, diminuição dos postos de emprego.

Apesar desse quadro de crise, a década de 1990 assistiu à reação da indústria metalúrgica do ABC, com recordes de produção, produtividade e vendas em 1994. Essas transformações estão diretamente associadas aos processos de reestruturação produtiva pelos quais passou o setor automobilístico do ABC. Esse processo trouxe algumas transformações, como a implantação de sistemas automatizados e a exigência de trabalhadores qualificados, entre outras.

Entretanto, o aumento da produção e da produtividade não significou a supressão do problema da redução de postos de trabalho. De acordo com o IBGE, na década de 1990, houve, primeiramente, uma acentuada diminuição do número de ocupados nas montadoras do Estado de São Paulo, que passaram de 88.558 em 1989 para 47.119 em 1999 (-46,8%). Concomitantemente, houve uma diminuição do número de trabalhadores com baixa escolaridade: em 1989, 69,9% não possuíam o ensino fundamental completo; já em 1999, esse número foi reduzido para 24,9%. Em 2000, segundo o CNI, muitas empresas enfrentaram dificuldades para contratar trabalhadores qualificados.

Dessa forma, a reestruturação produtiva traz alguns dilemas e ambigüidades para os jovens metalúrgicos do ABC. A percepção de que as exigências com relação à qualificação aumentavam a cada ano fez com que os metalúrgicos investissem fortemente na escolarização e na formação profissional de seus filhos.

Entretanto, por mais que pareçam mais bem preparados para enfrentar as dificuldades do mercado, esses jovens se tornam muito vulneráveis num contexto de desemprego estrutural crescente e de expansão do sistema de ensino, que leva a uma desvalorização crescente dos diplomas.

Além disso, as empresas começaram a realizar contratações por tempo determinado. E, normalmente, os jovens trabalhadores são aqueles solicitados para o trabalho temporário em momentos de alta produção. Depois são dispensados, podendo ser recontratados em outros períodos ou não. Os jovens enfrentam uma situação de instabilidade em que, diante de um contexto de desemprego crescente, os investimentos em formação escolar e profissional nunca parecem suficientes para garantir ascensão profissional ou ao menos segurança em seus postos de trabalho.

## 5.4 Desenvolvimento e Inovação na Indústria

A preocupação com a retomada do crescimento e, em particular, com a diminuição dos prejuízos sociais da estabilidade fundamentada nos princípios neoliberais levaram a uma aparente alteração nas forças políticas nacionais com a eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente. As principais mudanças foram a adoção de programas sociais em parceria com a iniciativa privada e a busca de novas fontes de energia e de formas de exploração racional dos recursos naturais.

A Lei da Inovação (BRASIL, 2007c) entrou em vigor em 2 de dezembro de 2004, dispondo sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dando outras providências. Pereira e Krugliankas (2005) comentam que a lei apresenta-se como instrumento de fomento à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país. Para potencializar os instrumentos da nova legislação, o autor afirma que o Governo Federal criou a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), responsável pela execução e acompanhamento das políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Furtado e Suzigan (2006) entendem como positiva a criação da ABDI como instância de articulação de instrumentos e medidas. Esse órgão foi regulamentado em fevereiro de 2005, juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que tem o poder de supervisionar a atuação daquela instituição.

Contudo, por ter sido criada como serviço social autônomo, a ABDI não tem poder convocatório sobre outras instituições, enfrentando, inclusive, dificuldades para empossar sua diretoria, composta por membros representantes dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Ciência e Tecnologia.

No período de 2003 a 2006, verificou-se um aumento das importações na produção nacional, ligado diretamente ao aumento do consumo nacional e das exportações da produção (PUGA; TORRES FILHO, 2007). De acordo com Fernando Pimentel Puga e Ernani Teixeira Torres Filho (2007), uma ampla pesquisa realizada junto aos variados setores industriais aponta expectativa de crescimentos de 16,6% ao ano para o setor energético e de 18,5% na área de saneamento, no período entre 2007 e 2010.

## 5.5 Meio Ambiente

Criado em 2001, o Livro Verde serviu como uma das principais bases para os debates da Conferência Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação, que estipulou diretrizes estratégicas para uma década. O documento contemplou temas como avanço do conhecimento, qualidade de vida, desenvolvimento econômico, desafios estratégicos e institucionais (BRASIL, 2007b).

O processo teve continuidade com o lançamento do Livro Branco, que compilou os resultados da Conferência Nacional (BRASIL, 2002).

Desde o protocolo de Quioto, as políticas públicas passaram a focar questões como alternativas energéticas e soluções ambientais. Em janeiro de 2005 foi publicada a Lei 11.097, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) vinculado ao Governo Federal tem um caráter interminis-

terial, com o objetivo de produzir e regular o uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda, em diversas regiões do país. Entre as críticas a tal opção está o fato de se vincular a produção da energia à produção agrícola, que tem por principal função a subsistência.

Por meio do PNPB, o Governo Federal organizou a cadeia produtiva, definiu as linhas de financiamento, estruturou a base tecnológica e editou o marco regulatório do novo combustível. Por fim, o ano de 2007 é marcado pela implantação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, plano de governo da segunda gestão do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva.

## 5.6 Novas Perspectivas para o SESI: Modernização e Responsabilidade

Os objetivos do Plano Preliminar Estratégico do SESI (1990 – 1992) incluem: “(i) através da prospecção da realidade social, delimitar, definir e conhecer os sujeitos de ação da entidade, e (ii) atender a pleitos reiterados sobre a necessidade imperiosa de uma maior integração, identidade e funcionalidade institucionais” (SESI, 1989, p. 17). Assim, o SESI lançou em 1990 seu Planejamento Estratégico, cuja tônica recai nos resultados e na eficácia do impacto da instituição. Dando continuidade a essa visão, as estratégias para o Sistema SESI de 1995 a 1998 incluem desestimular a instalação de novas unidades e reduzir a gratuidade dos serviços (SESI, 1995, p. 8).

A abertura econômica, a modernização das empresas, a necessidade de mão-de-obra qualificada, criativa e crítica exigiram um redimensionamento da atuação do SESI. Para atender aos novos tempos, a instituição redefiniu sua missão, incorporando, no mesmo conjunto, bem-estar social, cidadania e aumento da produtividade industrial (SESI, 2007c).

A redução da receita compulsória foi acentuada com a criação do Serviço Social do Transporte (SEST) em 1993. Isso significou desvincular as atividades relacionadas ao setor de transporte do âmbito de atuação do SESI. Em 1994,

a agroindústria também deixou de contribuir para a instituição. Se por um lado essas mudanças auxiliaram na clarificação do público de interesse do Sesi, direcionando a sua meta, por outro, representaram um encurtamento, tanto financeiro quanto social, do seu alcance. Com efeito, a entidade viu questionada sua própria viabilidade e sustentação.

A contínua expansão geográfica e o aumento do número de atendimentos realizados, característicos das fases de institucionalização e planejamento do Sesi, foram freados. O novo contexto exigiu reestruturações, como a substituição da condecoração ao “Operário Padrão” pelo “Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho”, em 1996. A atitude demonstrou uma mudança da perspectiva que se voltava em direção à responsabilidade social empresarial.

O Sesi passou a incorporar as estratégias mais atuais de gestão e administração, aumentando a transparência e assumindo o gerenciamento responsável das receitas. Em conformidade com a lógica da empresa enxuta, no longo movimento de reestruturação, houve um esforço de redução do pessoal ligado à sua manutenção, de forma a potencializar os recursos humanos diretamente relacionados com os atendimentos e serviços.

O crescimento da importância econômica do setor de serviços foi acompanhado pelo Sesi, que ingressou no mercado de consultorias, oferecendo serviços para empresas. Em 1996, iniciou a prestação de serviços sociais. E no ano seguinte seu Departamento Nacional transferiu a sede para Brasília e reformulou a estrutura organizacional, visando a aumentar seu potencial de eficiência e competitividade.

Além do investimento na modernização de suas estruturas, o Sesi reformulou modelos organizacionais e procedimentos administrativos, abriu novas oportunidades de negócios, aprimorou seu atendimento, intensificou parcerias e buscou fontes adicionais de financiamento (Sesi, 2007b).

## 5.7 Programas Inovadores

A conquista feminina por mais postos no mercado de trabalho foi um dos fatores que determinaram a criação do Programa Saúde da Mulher, em 1989. As Ações Educativo-Preventivas em DST/AIDS nas empresas também expressam a agilidade do SESI em articular as demandas sociais em seu contexto de emergência.

O Prêmio SESI para o Teatro foi instituído em 1993, pelo DR do Rio de Janeiro, visando a estimular montagens de textos inéditos de autores brasileiros. Podendo ser colocado numa linha de continuidade com outros projetos de visibilidade institucional, o prêmio também anunciava uma mudança na concepção de cultura promovida pela entidade, cujo diferencial é a valorização explícita da produção cultural brasileira.

Paralelamente, a instituição começou a se apropriar produtivamente das novas tecnologias de comunicação disponíveis, lançando o Sesinho Multimídia, em 1993, e estabelecendo metodologias de educação a distância, como o Telecurso 2000, exemplo da utilização dos meios de comunicação para realizar serviços sociais, assim como ocorrera com o uso do rádio como importante meio de difusão educacional e de comunicação institucional.

Devido em parte à redução de seus recursos, o SESI iniciou a realização de projetos em parceria com outras instituições. Tanto os Programas de Prevenção às DST/AIDS, em conjunto com o Ministério da Saúde, quanto o Telecurso 2000, projeto compartilhado com a Fundação Roberto Marinho, são indicativos dessa mudança mais profunda que se processou no SESI durante o amplo período de reestruturação. Outro exemplo relevante é a Ação Global, que se iniciou em conjunto com a Rede Globo e vai, paulatinamente, angariando a parceria de outras instituições, consagrando-se como um projeto de ampla mobilização e articulação para ações sociais.

Uma segunda tendência correlata que se observa durante esse período é a valorização dos projetos de âmbito nacional, demonstrando a continuidade da preocupação com a imagem institucional.

Em 1996, o jubileu de cinquentenário do SESI foi celebrado com significativos eventos institucionais, como a exposição “50 anos do SESI – O Brasil nunca mais será o mesmo”. Registros iconográficos e textos sobre os principais aspectos históricos relacionados à entidade foram reunidos no livro “SESI 50 Anos”. A instituição promoveu também uma homenagem especial, intitulada “Medalha SESI 50 Anos”, destinada a personalidades e instituições que se destacaram nas áreas de cidadania, qualidade, cultura, esporte, saúde e educação. Além do “Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho”, também foi lançado o “Prêmio Talento Brasileiro” (SESI, 2007).

No contexto das comemorações de seus 50 anos, o SESI se consolidou como entidade prestadora de serviços sociais, com ações voltadas para a eficiência e a produtividade das empresas, com enfoques na sustentabilidade ambiental e na responsabilidade social das empresas.

E o SESI pode se orgulhar de seu pioneirismo. Quem poderia pensar no sucesso de uma ONG (organização não governamental) em 1946? Os empresários brasileiros elaboraram um conceito de vanguarda para a estruturação socioeconômica do país, atualmente multiplicado em milhares de instituições civis que atuam de maneira eficiente na sociedade. O SESI transcendeu o papel assistencialista e ampliou-se em centros de educação e cultura que atingem parcela significativa da população em todos os estados brasileiros. Hoje é um modelo democrático, harmônico e dinâmico de organização social (SESI, 1996, p. 13).



# 6 PERÍODO ATUAL





Em 1999, foi lançado o Plano Estratégico do SESI para os anos de 2000 a 2004. Baseado em um estudo de tendências cuja metodologia enfatizou a prospecção de cenários, o Plano estabeleceu 15 objetivos estratégicos prioritários subdivididos em três grupos temáticos: (i) ligados aos negócios; (ii) relativos ao desempenho institucional ou administrativo; (iii) referentes ao desenvolvimento de competências internas (SESI, 1999). Em larga medida, o planejamento dava continuidade às principais mudanças observadas durante a fase de reestruturação do SESI. Algumas delas podem ser relacionadas com os rumos recentes do terceiro setor como um todo:

O desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos e do terceiro setor mostram a dependência que tais organizações sempre tiveram de uma fonte ou outra de recursos, seja governo, seja organizações internacionais. A busca por sustentabilidade marca o fim desse processo de dependência. Isso implicou a necessidade de diversificar fontes de financiamento, desenvolver projetos de geração de receita, profissionalizar recursos humanos e voluntariado, atrair membros sócios das organizações, estabelecer estratégias de comunicação, avaliar resultados e desenvolver uma estrutura gerencial altamente eficiente (ASHOKA; MCKINSEY, 2001, p. 16).

No Brasil contemporâneo, as alterações políticas trouxeram poucas mudanças de fato para o quadro social de desigualdade e subdesenvolvimento. Em meio ao esvaziamento político do Estado e do fortalecimento da iniciativa privada, atribui-se a esta a responsabilidade de tocar as agendas de desenvolvimento sustentável do Brasil. Assim, o SESI está inserido em um movimento mais amplo, de incorporação de projetos que respondam às novas necessidades globais, buscando encontrar alternativas locais, valorizando a profissionalização e a autonomia financeira.

Compartilhando da crença de que a imagem e o procedimento das indústrias podem ser positivamente alterados, assumindo uma forma ética em todas as suas ações (sejam elas no ambiente interno ou externo da organização), o SESI passou a atuar na área de Responsabilidade Social Empresarial. Esse direcionamento tem como foco a capacitação da empresa, que passa a ouvir os interesses e atender às demandas dos acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, con-

sumidores, comunidade, governo e meio ambiente, para conseguir incorporá-los no planejamento das atividades produtivas e de gestão.

Segundo Castells, existem redes de naturezas diversas, mas a integração é a regra (CASTELLS, 1999). Em conformidade com a tendência de organização dos movimentos sociais em rede, o SESI de hoje atua para construir uma integração com outras entidades, especialmente as que têm características comuns. Como afirma Eduardo R. Gomes (2005, p. 5), “[...] as conexões horizontais com instituições similares permitem o aprendizado com o sucesso e o fracasso de outras organizações, além da criação de uma rede de alianças, como exemplificamos com as parcerias SENAI/SESI que estão emergindo”.

As instâncias superiores ao SESI demonstraram igualmente a disponibilidade para a formação de alianças, revelando uma conjuntura propícia para a iniciativa de articulação da entidade. Visando a ampliar as trocas de experiências entre as instituições, o Fórum do Sistema S entrou em atuação em 2003. Seu princípio fundador defende que a cooperação entre os componentes do sistema fortalece cada uma das instituições, possibilitando a otimização dos recursos para ampliação da capacidade de atendimento. Um exemplo é a parceria construída entre o SESI Cozinha Brasil e o SESC Mesa Brasil.

No período atual, em que as agendas ambientais, sociais e humanitárias estão em foco, verifica-se uma convergência entre os interesses do SESI e os do Executivo Nacional. Exemplos disso é a adesão do Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho (em 2000) e da Assistência e Promoção Social (em 2003) ao projeto Ação Global. No mesmo período, juntamente com o Ministério dos Esportes, o SESI lançou o programa Segundo Tempo para crianças de sete a 14 anos.

O SESI convergiu interesses com o Executivo Nacional e o setor produtivo industrial. Esse direcionamento teve significativas conseqüências administrativas: “Isso significa que a crescente proximidade com o setor privado contribuiu para que algumas organizações sem fins lucrativos buscassem profissionalizar mais rapidamente seus quadros de pessoal e atingir a excelência administrativa” (ASHOKA; MCKINSEY, 2001, p. 16).

Em conformidade com as estratégias de planejamento estabelecidas, os anuários estatísticos do SESI indicam um sólido e contínuo aumento das unidades de atendimento de menor custo e maior alcance, como é o caso das Unidades Móveis. Tal constatação demonstra a solução de compromisso encontrada pelo SESI para diminuir a rigidez administrativa e simultaneamente aumentar o número de municípios atendidos. A elaboração de programas que incorporem essa lógica, como o Cozinha Brasil, o SESI Indústria do Conhecimento e os cursos à distância são destaques neste momento.

Nos últimos anos, tem ocorrido também uma crescente valorização do esporte como atividade de lazer, passível de fomentar a integração social, como havia acontecido no período de institucionalização. Os Jogos Regionais Operários de 2004 foram os primeiros a contar com a participação de portadores de necessidades especiais – demonstrativo da política de inclusão social realizada pela instituição. Como destaques, podem ser citados:

- I. Copa do Mundo de Futebol do Trabalhador e Jogos Nacionais do SESI – São Paulo (2000);
- II. Mundial de Vôlei de Praia e Jogos Nacionais do SESI – Bahia (2002);
- III. Mundial de Futsal e Jogos Nacionais do SESI – Pernambuco (2004);
- IV. Mundial de Atletismo do Trabalhador – Paraná (2005);
- V. Jogos Nacionais do SESI – Minas Gerais (2006);
- VI. Mundial de Vôlei Indoor – Rio de Janeiro (2006).

Na área de educação, foi lançado em 2003, em parceria com o Ministério da Educação, o projeto SESI por um Brasil Alfabetizado. Mais de um milhão de pessoas foram beneficiadas até 2006. A criação de cursos a distância para as áreas de lazer e saúde são indicadores da nova postura da entidade em assumir responsabilidade pela formação de qualificação pessoal. Na mesma linha de atuação, foi estabelecida uma parceria com o Centro Canadense de Saúde e Segurança Ocu-

pacional, para fortalecimento e capacitação das atividades realizadas nessa área. Como iniciativa da unidade de saúde, os investimentos em formação continuada evidenciam maior consciência sobre a necessidade de conhecer para intervir.

O desenho institucional do SESI, que viabiliza a autonomia de seus regionais, configura-se atualmente como um fator positivo de organização, pois possibilita o desenvolvimento de inúmeras experiências locais, passíveis de serem reapropriadas ou compartilhadas com outras regionais. Praticamente todos os projetos incentivados pelo DN do SESI se baseiam em experiências prévias de um dos DRs.

Aliás, a antiga estrutura federativa de ambas as entidades [SESI e SENAI] tem sido fonte de adaptação, de experimentação, superando seu potencial desagregador. Em ambas, através de programas nacionais e regionais, as particularidades locais e prioridades nacionais parecem estar ganhando um lugar adequado (GOMES, 2005, p. 4).

A transformação mais recente do SESI é a entrada de representantes dos trabalhadores no seu Conselho Deliberativo. A mudança vinha sendo advogada pelo Fórum do Sistema S. Como consequência dessa organização, os trabalhadores foram autorizados a assumir cadeiras nos Conselhos do SESI, do SENAI, do SESC e do SENAC. As atuais metas estipuladas pelo Fórum se encontram em perfeita sintonia com objetivos particulares: democratizar, aumentar a transparência, otimizar os gastos e definir o futuro do Sistema S com base em abordagens bem-informadas sobre o contexto brasileiro (SESI, 2006).

## 6.1 Redução das Receitas e Responsabilidade Social

A Nova Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas entrou em vigor no dia 1º de julho de 2007. A Confederação Nacional do Comércio ressalta que a lei gerará economia às micro e pequenas empresas, ao unificar tributos no Supersimples, além de determinar a retirada da contribuição das micro e pequenas empresas ao Sistema S (O GLOBO, 2006 apud CNC, 2007). Porém, ao ampliar o escopo de empresas tributadas pelo Supersimples, o novo enquadramento legal reduzirá as receitas compulsórias do SESI, bem como das demais instituições do Sistema S, em 30%.

No Brasil e em países periféricos, os industriais não propunham um Estado de Bem Estar Social do tipo que se consolidava na Europa e nos Estados Unidos, mas um capitalismo de bem-estar, ou seja, com atuação direta do capital no fornecimento de produtos mais baratos e serviços sociais para combater a pobreza. “Ao que parece, eles esperavam (...) que tal compromisso iria mitigar o impacto da carestia, reforçar no movimento sindical seu conceito de elementos responsáveis e criar um pacto entre trabalho e capital” (WEINSTEIN, 2000, p. 162).

Nos anos 1990, surgiu a proposta de uma nova tendência administrativa: o Estado passaria a atuar conjuntamente com a sociedade civil, o mercado e as empresas na solução dos problemas sociais e na implementação de projetos sociais. Nesse contexto, emergiram os conceitos de responsabilidade social empresarial e de cidadania empresarial.

O mercado hoje se encontra diante do enfrentamento de desafios éticos para as dimensões econômica, ambiental e social dos negócios, necessitando se articular com o Estado e com a sociedade. No contexto de crescente competição internacional, a qualidade do produto e a qualidade gerencial passaram a ser fatores competitivos essenciais, assim como os fatores humano e social.

Nesse contexto também foram criados códigos de condutas para as empresas que são auditadas e recebem selos. Em 1997, foram fundadas a *Council on Economic Priorities Accreditation Agency* (CEPAA) e a *Social Accountability International* (SAI), com o objetivo de criar códigos de condutas para as empresas. Em 1998, surgiu a norma SA8000, que visava a aprimorar o bem-estar e as boas condições de trabalho, bem como ao desenvolvimento de um sistema de verificação

O padrão de sistema de verificação da SAI estabelece estratégias para garantir a qualidade nos negócios a partir de normas dos direitos humanos internacionais, nos acordos de Defesa dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, nas resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como de toda legislação do país onde se encontra a empresa a ser auditada.

Após dois anos de preparação, foi publicada, em dezembro de 2004, a norma ABNT NBR 16001 – Responsabilidade Social – Sistema de Gestão – Requisitos,

da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Atualmente, a *International Standardization Organisation* está elaborando a norma de Responsabilidade Social ISO 2600, que deverá estar disponível em 2008.

As empresas internacionais, os governos e os sindicatos têm se comprometido a respaldar dois grandes códigos de conduta: a Declaração da Organização Internacional do Trabalho e as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais. A Declaração de princípios da OIT sobre as empresas multinacionais e para a política social foi adotada em novembro de 1977. Trata-se de um conjunto de recomendações relacionadas às práticas laborais básicas, fundamentadas nos princípios da OIT e que abarcam questões sociais que incluem emprego, capacitação, condições de trabalho e de vida e relações laborais. Com relação à OCDE, as linhas de orientação para as multinacionais se referem às áreas de políticas gerais, revelação de informações, emprego e relações industriais, ambiente, combate à corrupção, interesses dos consumidores, ciência e tecnologia, concorrência e fiscalidade (COSTA, 2005).

Vale ressaltar que os movimentos sociais, em especial os ambientalistas, conquistaram posição de destaque nessa nova configuração empresarial. Assim, muitas empresas de grande porte passaram a incluir em sua agenda a questão ecológica.

Algumas empresas têm adotado códigos de ética que vão além de questões relacionadas às condutas de empregados, abrangendo as relações com a comunidade e o meio ambiente, fornecedores e prestadores de serviços, atividade política e tecnológica. Em suas estruturas éticas, essas empresas passaram a ter duas metas: obter vantagem competitiva e alcançar legitimidade empresarial.

Durante a Eco-92, organizações da sociedade civil responsabilizaram as empresas pelos padrões de crescimento que tanto violavam os preceitos ecológicos quanto comprometiam a qualidade de vida das pessoas. Depois deste evento, criou-se no Brasil o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), ligado ao *World Business Council for Sustainable Development* (Conselho Mundial Empresarial para Desenvolvimento Sustentável), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável a partir da ecoeficiência e da responsabilidade social empresarial.

Na esfera das Nações Unidas, foi lançado o Pacto Global no Fórum Mundial Econômico de Davos, em 1999, e em Nova York, no ano 2000. Trata-se de um código de conduta para empresas e organizações e tem como intuito formar uma “aliança global” para defesa de direitos e princípios reconhecidos internacionalmente.

Na União Européia, foi organizado um documento sobre os passos para promover um modelo europeu para a Responsabilidade Social Empresarial, que está contido no “Livro Verde da Comissão Européia”, de 2001. Na América Latina, várias organizações empresariais preocupadas com a Responsabilidade Social estão ligadas através de uma rede de relações com a organização empresarial americana *Business Social Responsibility* (BSR). Essa rede foi criada em 1997 com o objetivo de elaborar um modelo de Responsabilidade Social Empresarial para a América Latina.

Em 1998, foi criado o Instituto Ethos no Brasil, que hoje tem como associados algumas centenas de empresas em operação no país, de diferentes portes e setores de atividade. A entidade tem como objetivo mobilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. O instituto é parceiro de várias entidades internacionais, entre as quais o *Prince of Wales Business Leadership Forum*, do Reino Unido, e o BSR. Os “Indicadores Ethos” foram concebidos em 2000 para avaliar o estágio em que se encontram as práticas de Responsabilidade Social nas empresas.

Vale destacar a tendência dessas organizações em instituírem uma ampla rede com ONGs locais e internacionais, agências governamentais, organizações multilaterais, universidade, centros de pesquisa, fundações filantrópicas, por meio de uma agenda de conferências nacionais e internacionais sobre práticas de Responsabilidade Social Empresarial na América Latina.

O surgimento do tema “Responsabilidade Social” na América Latina deu-se num contexto marcado pelo fim dos regimes militares, que foi acompanhado por crises, instabilidade, baixo crescimento, aumento do desemprego e das desigualdades sociais. É um contexto marcado pelo enfraquecimento do Estado e pela introdução das reformas neoliberais e de democratização, em que a sociedade organizada buscava novas oportunidades para se organizar e se expressar.

Nos anos 1990, os movimentos sociais no Brasil, como salienta Maria da Glória Gohn (1995), passaram a enfatizar duas categorias básicas como sendo centrais para seu desenvolvimento: a cidadania coletiva e a exclusão social. A primeira categoria já estava presente na década de 1980, mas passou a apresentar o exercício da cidadania como uma luta coletiva de grupos e instituições legitimados com a nova ordem constitucional de 1988. A segunda, concernente à exclusão social, decorre das novas dinâmicas desencadeadas a partir da década de 90, com o processo de globalização que gera um aumento da exclusão social, relacionada à crescente precarização do mercado de trabalho e à fragilização da inserção profissional, provocando uma “ruptura progressiva dos laços sociais”. O novo contexto transforma os “excluídos necessários” das décadas anteriores em “excluídos desnecessários”, colocando-os na posição de “inúteis” e “excedentes”.

Com efeito, a crescente exclusão social, produzida pela introdução das políticas neoliberais (SOARES DO BEM, 2006), acabou estimulando a Sociedade Civil organizada à busca de soluções compartilhadas. Se nas décadas anteriores os movimentos sociais eram definidos por uma enorme capacidade de pressão e reivindicação, a partir da década de 1990, passaram a institucionalizar-se por meio das Organizações Não-Governamentais e a se organizarem em rede (SCHERER-WARREN, 1998). Tais organizações assumiram o papel não apenas de fazer oposição ao Estado, mas de participar da elaboração de políticas públicas, contribuindo, assim, para ampliar a esfera pública para além da esfera estatal.

## 6.2 Responsabilidade Social Empresarial

Outro aspecto da política neoliberal iniciado no Governo Collor foi o processo de privatizações, que tornou o setor privado mais influente na política e na economia. Mas, diante da mobilização da sociedade civil organizada, as empresas passam a se preocupar com sua legitimidade num cenário de crises, instabilidade, baixo crescimento, aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Esse quadro traz ao empresariado oportunidades de sair de seus limites corporativos, para ter uma visão mais universalista e com maior ênfase no fator social e na cidadania. Há uma nova visão e percepção entre as elites empresariais quanto ao enfrentamento de realidades práticas e sociais.

A Responsabilidade Social Empresarial pode ser definida, em resumo, como “gestão administrativa direcionada para a implantação de ações sociais que beneficiem o público interno da empresa (funcionários e dependentes, fornecedores e parceiros dos negócios) e externo (comunidade)” (COSTA, 2005, p. 14).

A Responsabilidade Social voltada ao público interno de uma empresa envolve um modelo de gestão participativa e de reconhecimento dos empregados com o objetivo de motivá-los a um bom desempenho que aumente a produtividade corporativa. Ela envolve, por exemplo, projeto de qualidade de vida, busca de condições favoráveis no ambiente de trabalho, condições de segurança, entre outros.

Já em relação ao foco externo, a Responsabilidade Social aparece no investimento social privado em programas e projetos comunitários que a própria empresa desenvolve, ou naqueles desenvolvidos por meio de parcerias com o governo, com ONGs e com a população organizada de comunidades carentes, além dos programas de voluntariado.

O foco da Responsabilidade Social Empresarial – RSE tende a contemplar toda a cadeia de produção. As companhias responsáveis não devem atentar apenas para o impacto de suas próprias operações, mas também para o de seus parceiros de negócio. (STRANDBERG, 2002). Desse modo, a cadeia de fornecedores das grandes empresas constitui um dos principais catalisadores da RSE entre as pequenas e médias empresas (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT et al., 2004).

Paralelamente à transformação acarretada pela concepção de Responsabilidade Social, observa-se também uma mudança na percepção da origem da identidade organizacional. Ambas apontam para a incorporação da contribuição criativa (inclusive críticas) de setores anteriormente silenciados. Como afirma Carla Fichtner Patines (2004, p. 9):

Estamos vivenciando a transição de um paradigma organizacional, que em muito sinaliza a mudança de sentido do trabalho na vida das pessoas. Se até o final do século passado [XIX], as organizações eram pensadas a partir de um modelo formal de estrutura, no qual somente a direção e as

gerências tinham o privilégio de pensar, atualmente estão sendo disseminados outros métodos de gestão, mais participativos, que redimensionam o papel de todos os indivíduos na organização, assim como o próprio papel da organização na vida dos indivíduos.

A aguda carência por serviços sociais (de saúde, educação, nutrição) de um segmento empobrecido da população deu origem ao projeto de criação do SESI. Mais de 60 anos depois, demandas similares ainda são sentidas por grande parte dos brasileiros. A constante necessidade dos serviços ofertados pode ser explicada pela desigualdade social e econômica do país.

É que a produção industrial requer cada vez mais mão-de-obra qualificada, descartando progressivamente os operários com pouca ou nenhuma qualificação (...) os trabalhadores desqualificados estão no mercado informal de trabalho ou desapareceram da indústria pela via da terceirização. Assim, o SESI hoje destina suas ações para um grupo relativamente privilegiado se comparado à maioria da população brasileira excluída do mercado formal de trabalho (SESI, 1995, p. 29).

O SESI teve significativa influência na melhoria do padrão de vida dos trabalhadores da indústria. Nessa conjuntura, cabe “colocar seu *know-how* e serviços disponíveis à população em situação de pobreza e exclusão num esforço conjugado com o Estado e com a sociedade civil no combate à pobreza” (SESI, 1995, p. 29).

Segundo o superintendente nacional da entidade, Antonio Carlos Brito Maciel, embora constituído com foco no atendimento aos trabalhadores da indústria e seus familiares, o SESI, por observar a carência fora de seus muros, atende toda a sociedade (JC OnLine, 2008).

Na atualidade, segundo Maciel, “graças a um financiamento estável e uma gestão por objetivos, com padrões próprios de empresa privada, o SESI se renova e se fortalece a cada ano”. Para o superintendente, o grande desafio é “mostrar que todo este trabalho social é verdadeiramente realizado por uma instituição idealizada pela indústria há 60 anos” (JC OnLine, 2008).

# 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS





A breve pesquisa aqui apresentada resgatou a história do SESI por meio da análise de documentos e publicações institucionais, relacionada às transformações do setor industrial e da classe trabalhadora ocorridas a partir do final do Império e início da modernização do país até a contemporaneidade.

O SESI foi enfatizado como instituição de âmbito nacional, cujas linhas gerais de desenvolvimento seguem rumos semelhantes em regiões distintas do país, respeitando as especificidades regionais. Ao mesmo tempo em que este documento sintetiza a compreensão histórica da entidade e a divisão de sua trajetória em temáticas específicas, realça, também, o relacionamento entre o SESI e a conjuntura histórica do Brasil em abordagem institucional.

Em relação ao Brasil, adotou-se como linha condutora a história política (pública), econômica (indústria e setor privado) e social (classes e condições) para elucidar melhor as transformações sofridas ou causadas pelo SESI. Para tanto, fundamentou-se em autores consagrados da historiografia nacional como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Ciro Flamarion Cardoso, Paulo Sérgio Pinheiro, José Murilo de Carvalho, Ronaldo Vainfas, Nicolau Sevcenko e Antônio Carlos Wolkmer.

Como o período histórico em questão abrange um recorte temporal muito amplo, utilizou-se também das idéias da historiografia francesa dos *Annales*, que contempla o campo da longa duração, na busca de estruturas e permanências, para dar a cada período o que lhe é devido. Assim, os eventos abordados foram os que tiveram participação decisiva na alteração estrutural ou conjuntural da sociedade.



# REFERÊNCIAS





ABRAMO, F. P.; KAREPOVS, D. **Na contracorrente da história**: documentos da Liga Comunista Internacionalista. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALBUQUERQUE, E. Desemprego, confiscación salarial, desnacionalización. **INPRECOR**, Correspondência de Prensa Internacional para América Latina. Montreuil: Secretariado Unificado da IV Internacional, n. 3, p. 12-18, abr. 1990.

ANTUNES, R. C. **O que é o sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MCKINSEY & COMPANY INC. **Empreendimentos sociais sustentáveis**: como elaborar planos de negócios para organizações sociais. 3. ed. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.

BEAUCLAIR, G. **Raízes da indústria do Brasil**. Rio de Janeiro: Studio F&S Editora, 1992.

BENEVIDES, M. V. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BERLINCK, M. T. **CPC** (Centro Popular de Cultura) da UNE. Campinas: Papyrus, 1984.

BIANCHI, A. **A crise brasileira e o governo FHC**. Rio de Janeiro: Editora Xama, 1997.

BRANDÃO, A. **Memórias**: frigorífico das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaiva. Curitiba: PNUD, 2000.

BRASIL. Governo Federal. **Plano de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac>>. Acesso em: 25 abr. 2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Ciência, tecnologia e inovação**: desafio para sociedade brasileira – Livro Verde. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/cieTechnoDesafio/abertura.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2007b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Lei de inovação**. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8477.html>>. Acesso em: 16 maio 2007c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro branco: Ciência, tecnologia e inovação**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/arquivos/ConferenciaNacional/livro.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. **O Brasil e a convenção – quadro das Nações Unidas: Protocolo de Quioto à convenção sobre mudança do clima**. [S.l.], 1997. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/12425.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/12425.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Cronológico do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial brasileiro: 1938-2003**. Brasília, DF: MDIC/STI; SEBRAE; IEL/CNI, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **A história do MTE**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/institucional/historia.asp>>. Acesso em: 24 abr. 2007d.

BURKE, P. **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1993.

CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, H. P. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARONE, E. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: Difusão Européia, 1970.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASSIOLATO, J. E. Que futuro para a indústria brasileira In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; INSTITUTO EUVALDO

LODI (Nacional). **O futuro da indústria**: oportunidades e desafios à reflexão da Universidade. Brasília, DF, 2001. p. 9-47.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. In: \_\_\_\_\_. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEBES. **Revista Mundo e Missão**. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/igrejacebs.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2007.

CHAVES FILHO, E. Capacitação extra: parceria entre Petrobras, SESI e SENAI... **Indústria Brasileira**, Brasília, DF: UNICOM, ano 4, n. 53, p. 36-38, set. 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - CNC (Brasil). **Uns ganham, outros perdem**. Disponível em: <<http://www.portaldocomercio.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2093&sid=170#>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI (Brasil). \_\_\_\_\_. **Indústria Brasileira**, Brasília, DF: UNICOM, ano 3, n. 34, dez. 2003. Edição Especial.

CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP8) DA CONVENÇÃO SOBRE BIODIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB), 8; REUNIÃO DAS PARTES (MOP3) DO PROTOCOLO DE CARTAGENA, 3., 2006, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: COP8, 2006. Disponível em: <[http://www.cdb.gov.br/COP8/livro\\_port.pdf](http://www.cdb.gov.br/COP8/livro_port.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2007.

COSTA, M. A. N. Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial. **Publicações On-line do CES - Oficinas do CES**, n. 230, maio 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/230/230.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2007.

DEAN, W. Os industriais e a questão social. In: \_\_\_\_\_. **Industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

FOOT, F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

FREITAS, E. S. **A FIRJAN, ontem e hoje**: a representação industrial do Rio de Janeiro (1827 – 1975). Rio de Janeiro: UFRJ; IPPUR, 2000.

FURTADO, J.; SUZIGAN, W. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr./jun. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01013157200600200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013157200600200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 abr. 2007. Pré-publicação.

GATTAZ, A. **A guerra da Palestina**: da criação do Estado de Israel à nova intifada. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

GODET, M. **Manuel de prospective stratégique**: tome 1 – une indisciplinée intellectuelle. 2. ed. Paris: Dunod, 2001.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, E. R. **O Sistema S e os desafios do Brasil em reformas**: o caso SENAI nos anos 90. [S.l.]: NEIC/IUPERJ, 2005. Disponível em: <<http://neic.iuperj.br/textos/EduardoGomes.doc>> . Acesso em: 23 abr. 2007.

HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global Editora, 1982.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Industrial Anual**: 1986/1995. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia>>. Acesso em: 27 abr. 2007.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT et al. **Issue briefing note**: small and medium-sized enterprises. Winnipeg:

International Institute for Sustainable Development, 2004. Disponível em: <[http://www.iisd.org/pdf/2004/standards\\_sme.pdf](http://www.iisd.org/pdf/2004/standards_sme.pdf)>. Acesso em: 4 set. 2007.

JC OnLine. Sistema Jornal do Comercio de Comunicação. **Parcerias garantem êxito de projetos**. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/JC/sites/sesi60anos/parcerias.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2008.

LEVY, M. B. **História da bolsa de valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

MATIAS-PEREIRA, J; KRUGLIANSKAS, I. **Gestão de inovação**: a lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. RAE electron. São Paulo, v. 4, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-56482005000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482005000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 maio 2007. Pré-publicação.

MAZA, F. **O idealismo prático de Roberto Simonsen**: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MENEZES, L. M. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade: protesto, crime e expulsão na capital federal (18090-1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTA, C. R. et al. **Gestão de iniciativas sociais**: história da política social brasileira. Brasília, DF: SESI/DN, 2005. v. 5.

MUNIZ, S. Investimento recente, capacitação tecnológica e competitividade. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://>

www.scielo.br/scielo.php? script=sci\_arttext&pid=S010288392000000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2007. Pré-publicação.

NONNENBERG, M. J. B. Devo, não nego. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 24, ano 2, out. 2005.

PARANHOS, K. R. **Era uma vez em São Bernardo**: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982. Campinas: UNICAMP, 1999.

PASSINI, M. M. **A estrutura institucional do Mercosul**. Rio de Janeiro: Aduaneiras, 2000.

PASTORE, J. Tecnologia, educação e legislação: seus impactos sobre o emprego. In: \_\_\_\_\_. **O futuro da indústria**: oportunidades e desafios: a reflexão da universidade. Brasília, DF: MDIC/STI; IEL, 2001. p. 269-289.

PATINES, C. F. **Identidade organizacional do SESI/RS, sob o ponto de vista de seus gestores**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: <[http://telecongresso.sesi.org.br/4telecongresso/arquivos/expositor/40\\_monografia\\_vers%E3ofinalissima.doc](http://telecongresso.sesi.org.br/4telecongresso/arquivos/expositor/40_monografia_vers%E3ofinalissima.doc)>. Acesso em: 25 abr. 2007.

PEREIRA, J. C. **Formação industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PINHEIRO, P. S. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: HOLANDA, S. B. **História geral da civilização brasileira**: Brasil Republicano III: sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PUGA, F. P.; TORRES FILHO, E. T. Indústria brasileira cresceu mais que a mundial de 2000 a 2005. **Visão do Desenvolvimento**, n. 15, out. 2006. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visão/visao/visao\\_15.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visão/visao/visao_15.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2007.

RENAULT, D. **1850-1939 o desenvolvimento da indústria brasileira**. [S.l.]: SESI/CN, [1987].

SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, out. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2007.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI. Departamento Nacional. Participação ampliada. **Revista SESI Conselho Nacional**: balanço 2003 – 2006, Brasília, ano 3, n. 3, p. 21-23, [2006].

\_\_\_\_\_. **A política do serviço social no SESI**: subsídios para operacionalização. Rio de Janeiro, [1995]. (Caderno Técnico 21).

\_\_\_\_\_. **Linha do tempo**: anos 90. Brasília-DF, 2007a. Disponível em: <<http://www.sesi.org.br/>> . Acesso em: 5 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. **O SESI e o serviço social do trabalho**: versão preliminar: Síntese cronológica da atuação do Sesi, SS e SST 1946 – 1980. Rio de Janeiro, [c.1982].

\_\_\_\_\_. **Plano estratégico Sistema SESI**: 2000/2004. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional. **Plano preliminar nacional**: 1990 – 92. Rio de Janeiro, [1989].

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional. **SESI 30 anos**: 1946/1976. Rio de Janeiro, 1976.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional. **SESI 35 anos**. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1981.

\_\_\_\_\_. **SESI 50 Anos**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1996. Texto de Macksen Luiz.

\_\_\_\_\_. **SESI reage à crise com choque de eficiência**. Disponível em: <<http://www.sesi.org.br/>>. Acesso em: 8 maio 2007b.

\_\_\_\_\_. **SESI redefine sua missão institucional**. Disponível em: <<http://www.sesi.org.br/>>. Acesso em: 8 maio 2007c.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SOARES DO BEM, A. S. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educação Social**, Campinas, v. 27, n. 97, set./dez. 2006.

STRANDBERG, C. **The future of corporate social responsibility**. Strandberg Consulting: Vancouver, sept. 2002. Disponível em: <[http://www.cbsr.bc.ca/files/ReportsandPapers/Future\\_of\\_CSR.pdf](http://www.cbsr.bc.ca/files/ReportsandPapers/Future_of_CSR.pdf)>. Acesso em: 6 ago. 2007.

SUZIGAN, W. Aglomerações industriais: avaliação e sugestões de políticas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; INSTITUTO EUVALDO LODI. **O futuro da indústria**: oportunidades e desafios à reflexão da Universidade. Brasília, 2001. p. 49-67.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. Brasiliense: São Paulo, 1986. 403 p.

- TOLEDO, C. N. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1982.
- TOMIZAKI, K. A herança operária entre a fábrica e a escola. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 153-171, jun. 2006.
- TORREÃO, N.; MÜLLER FILHO, R. Uma questão de ênfase: o Brasil quer mudar o tom e o rumo das negociações na ALCA. **Indústria Brasileira**, Brasília, DF: UNICOM, v. 3, n. 31, set. 2003.
- TREVISAN, M. J. **50 Anos em 5... a FIESP e o desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. 205 p.
- VAINFAS, R. (Org.) **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VALLE, C. W.; LAGE, H. **Meio ambiente**: acidentes, lições e soluções. São Paulo: SENAC, 2004.
- WACHOWICZ, M. **Poder constituinte e transição constitucional**: perspectivas histórico-constitucionais. Curitiba: Juruá, 2000.
- WEINSTEIN, B. **(Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920 - 1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.
- WOLKE, V. A Alca possível. **Indústria Brasileira**, Brasília, v. 3, n. 34, p. 24-27, dez. 2003.
- WOLKMER, A. C. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. **A máquina que mudou o mundo**: baseado no estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts sobre o futuro do automóvel. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.



# ANEXOS





## Anexo A – Data de Criação das Federações das Indústrias e do SESI

Nº.	ESTADO	SIGLA	Fundação (ano)	
			FEDERAÇÃO	SESI¹
1	ACRE	FIEAC	1988	1989
2	ALAGOAS	FIEA	1947	1946 (DL) 1948 (DR)
3	AMAPÁ	FIEAP (ou FIAP)	1990	1960 (DL) 1991 (DR)
4	AMAZONAS	FIEAM	1960	1948 (DL) 1962 (DR)
5	BAHIA	FIEBA	1948	1948 (DL) 1953 (DR)
6	CEARÁ	FIEC	1950	1948 (DL) 1952 (DR)
7	DISTRITO FEDERAL <sup>2</sup>	FIBRA	1960	1956 (DL) 1974 (DR)
8	ESPÍRITO SANTO	FINDES	1958	1951 (DL) 1958 (DR)
9	GOIÁS	FIEG	1953	1949 (DL) 1953 (DR)
10	MARANHÃO	FIEMA	1959	1949 (DL) 1959 (DR)
11	MATO GROSSO	FIEMT	1976	1977
12	MATO GROSSO DO SUL	FIEMS	1979	1979
13	MINAS GERAIS	FIEMG	1933	1946
14	PARÁ	FIEPA	1949	1949 (DL) 1953 (DR)
15	PARAÍBA	FIEP	1952	1949 (DL) 1952 (DR)
16	PARANÁ	FIEP	1944	1946
17	PERNAMBUCO	FIEPE	1939	1947
18	PIAUÍ	FIEPI	1954	1949 (DL) 1954 (DR)
19	RIO DE JANEIRO	FIRJAN	1975 <sup>3</sup>	1946

20	RIO GRANDE DO NORTE	FIERN	1953	1949 (DL) 1955 (DR)
21	RIO GRANDE DO SUL	FIERGS	1930	1946
22	RONDÔNIA	FIERO	1986	1979 (DL) 1987 (DR)
23	RORAIMA	FIER	1991	1987 (DL) 1991 (DR)
24	SANTA CATARINA	FIESC	1950	1951
25	SÃO PAULO	FIESP	1942	1946
26	SERGIPE	FIES	1948	1949
27	TOCANTINS	FIETO	1992	1992

Fonte: OBSERVATÓRIO SESI-PR, 2007.

Nota: (1) A sigla (DL) corresponde a Delegacia Regional e mostra o ano de criação da delegacia no Estado; e a sigla (DR) corresponde a Departamento Regional e mostra o ano de criação do departamento no Estado.

(2) “A atuação do SESI em Brasília começou em maio de 1958 – antes, portanto, da fundação da nova capital da República – decorrente da necessidade de atender à crescente massa de operários (conhecidos como candangos) atraída pelo intenso processo de construção imobiliária que lá se iniciava” (SESI, 1981, p. 115).

(3) A criação da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, com a denominação de FIRJAN, data de 1975. Porém, como antigo Distrito Federal, o Estado já possuía uma federação, denominada Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJ, criada em 1931 (FREITAS, 2000)

## Anexo B – Presidentes do Conselho Nacional do SESI (1947 a 2003)

PRESIDENTES DO CONSELHO NACIONAL DO SESI (1947 / 2003)			
Nº.	NOME	PERÍODO	ORIGEM
01	Armando de Arruda Pereira	1947/1954	São Paulo
02	Prudente de Moraes Netto	1954/1955	Rio de Janeiro
03	Helvídio Martins Maia	1955	Piauí
04	Eurico de Aguiar Salles	1955/1956	Espírito Santo
05	Pedro Paulo Penido	1956/1961	Minas Gerais
06	Osmário Martins Ribas	1961	Paraná
--	1ª Junta Governativa José Villela de Andrade Júnior Osmário Martins Ribas José Pironnet	1961	
--	2ª Junta Governativa Fernando Gasparian Paulo Figueiredo Barreto José Pironnet	1961	
07	Hugo de Araújo Faria	1961/1964	Rio de Janeiro
08	Gen. Alberto de Assumpção Cardoso	1964	Rio de Janeiro
--	3ª Junta Administrativa Hiaty Leal Eurico Amado Orlando Laviero Ferraiolo	1964	
09	Clóvis Mattos Sá	1964/1965	Paraíba
10	Gen. Ovídio Saraiva de Carvalho Neiva	1965/1967	Rio de Janeiro
11	Hiaty Leal	1967	Paraíba
12	Gilberto Mendes de Azevedo	1967/1979	Pará
13	Cláudio Eugênio Stiller Galeazzi	1979/1985	Rio de Janeiro
14	Ministro Fanor Cumplido Junior	1985/1994	Minas Gerais
15	Leonor Barreto Franco	1995/2003	Sergipe
16	Jair Antônio Meneguelli	2003/...	São Paulo

Fonte: SESI-DN (2006).



## **SESI/DN**

### **Unidade de Tendências e Prospecção – UNITEP**

*Fabrizio Machado Pereira*

Gerente-Executivo

*Andréa Guimarães Nunes*

Coordenadora do Projeto

### **Observatório de Prospecção e Difusão de Iniciativas Sociais – SESI-PR**

*Marília de Souza*

Coordenadora

### **Equipe Técnica**

Organizadores SESI-PR

*Heloísa Kavinski*

*Marília de Souza*

*Sidarta Ruthes*

Pesquisadores SESI-PR

*Elaine Yassue Nagai*

*Graziela Scalise Horodyski*

*Heloísa Kavinski*

*Lennita Oliveira Ruggi*

*Juliana Calábria*

*Maicon Gonçalves Silva*

*Ramiro Pissetti*

*Raquel Valença*

*Siani Trentin Hasegawa*

*Sidarta Ruthes*

*Silvia Rossana Caballero Poledna*

**SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC**  
**Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND**

*Renata Lima*  
Normalização

*Suzana Curi*  
Produção Editorial

---

Consultores / Pesquisadores  
*Elizeu Francisco Calsing*  
*Luís Fernando Lopes*

*Tomás Barreiro*  
Revisor Técnico

*Renata Portella*  
Revisão Gramatical

*Projects Brasil Multimídia*  
Projeto Gráfico e Diagramação









*Confederação Nacional da Indústria  
Serviço Social da Indústria  
Departamento Nacional*

ISBN 978-85-7710-107-8



9 788577 101078 >